



ESCOLA informação

# Digital

| nº 28.setembro.2020 |   
SINDICATO DOS PROFESSORES DA GRANDE LISBOA . SPGL

5 out 2020  
Dia Mundial  
do Professor



# RESPEITAR OS PROFESSORES É VALORIZAR A EDUCAÇÃO E O FUTURO



..LEITURAS..BLOGS..SITES..

## Sites e Blogs



### Rádio Miúdos

<https://www.radiomiudos.pt/>

A Rádio Miúdos é a primeira rádio portuguesa para crianças que iniciou as emissões experimentais em novembro de 2015. É uma rádio exclusivamente *online*, com emissão 24 horas/7 dias por semana. Destina-se a todas as crianças, pais e educadores, portugueses, luso-descendentes ou falantes de português que vivem em Portugal, no estrangeiro e nos PALOP. Pretende dar às crianças portuguesas uma rádio à sua medida, com conteúdos, música, linguagem e informação adaptados às suas idades e onde possam ter voz. Pôr os miúdos a brincar com a própria língua desafiando-os através da palavra e da audição e não tanto pela imagem. Integra o projeto Rádio-Escolas, com o objetivo de reunir os programas, ideias, projetos e todos os conteúdos produzidos nas escolas, e servir de plataforma de partilha de alunos e professores para uma forma de cidadania participativa.



### ANSOL e Comunidade Ubuntu Portugal

<https://covid-19.ansol.org/>

A ANSOL e a Comunidade Ubuntu Portugal criaram um *site* onde apresentam uma lista de *software* livre e gratuito, que pode ser utilizado para colaboração entre alunos, professores e unidades de ensino. Lançado no início da pandemia, continua a ser útil. A lista contém especificamente recomendações para o ensino, abrangendo várias disciplinas, como Música, Física ou Matemática, dirigidas a diversas faixas etárias.

A "ANSOL - Associação Nacional para o Software Livre" é uma associação portuguesa sem fins lucrativos que tem como fim a divulgação, promoção, desenvolvimento, investigação e estudo da Informática Livre e das suas repercussões sociais, políticas, filosóficas, culturais, técnicas e científicas. A Comunidade Ubuntu Portugal (Ubuntu-PT) é a comunidade portuguesa de suporte à distribuição de GNU/Linux Ubuntu. É um grupo de pessoas que, voluntariamente, se dedica não só a promover a utilização do sistema operativo Ubuntu e do *software* livre em geral, mas também a dar suporte aos utilizadores portugueses desta distribuição de GNU/Linux.

■ Sofia Vilarigues

# Político que se preze projeta o futuro. Os responsáveis do ME não o estão a fazer

**A**inda há dias (28 de setembro) um jornal diário destacava que “mais de 60% dos professores do quadro têm mais de 50 anos”. Nada que o SPGL e os outros sindicatos da FENPROF não tenham vindo sistematicamente a sublinhar, alertando para a necessidade de políticas que conduzam rapidamente ao rejuvenescimento da classe docente.

A este dado deve acrescentar-se um outro, de resto sublinhado no texto de Clara Viana atrás referido: “(...) entre os 20567 que estavam a contrato (em 2018/9) a percentagem dos que tinham 50 ou mais anos rondava os 11%”. Esta situação tem duas causas: uma insuficiente dotação das vagas de quadro de muitos agrupamentos e a perversidade da chamada “norma travão” que, ao exigir que o contratado, para integrar um quadro, tenha de ter três anos com contratos sucessivos anuais, horários completos, e no mesmo grupo disciplinar, conduz a que milhares de contratados se arrastem por muitos anos nessa situação. Isto é, se de dois em dois anos tiver um horário inferior a 22 horas ou noutra grupo/disciplina, volta “à estaca zero”, sendo ultrapassado por alguém com menos tempo de serviço mas que tenha caído em escola que lhe permita cumprir as exigências da “norma travão”.

Mesmo no início do ano há já falta de professores em várias áreas/disciplinas. O que parece contraditório com o facto de no concurso de colocação terem ficado por colocar 35000 candidatos. É que não compensa minimamente deslocar-se do seu local de habitação para um outro longínquo se o horário for incompleto ou se fôr uma substituição por meses. Não dá sequer para pagar o aluguer de alojamento e os transportes!

Ou seja: tudo indicia que, a manter-se a atual situação de enorme dificuldade de acesso dos contratados à carreira e de baixos vencimentos, a que acresce o envelhecimento dos professores e educadores, teremos a curtíssimo prazo uma grande falta de docentes devidamente preparados, o que, repito, começa já a verificar-se de forma não propriamente residual em várias disciplinas. O Ministério da Educação, porém, continua impávido e sereno: navega à vista (muitas vezes míope), incapaz de pensar o futuro, comprometendo seriamente o progresso, internacionalmente reconhecido, que o país tem vindo a fazer no campo da Educação.■

# Nº28 SET. 2020

## SUMÁRIO



### [4. Editorial](#)

### [5. Dossier. Abertura do ano escolar](#)

#### [6. Abertura do Ano Letivo 2020/2021](#)

#### [8. A Escola já começou!](#)

#### [10. Bem-vindos!... Em segurança?](#)

#### [12. Para que haja margem para realizar o sonho](#)

#### [13. Regresso de máscara](#)

#### [15. O SPGL sempre presente nas escolas](#)

### [18. Cidadania](#)

#### [Educação para a Cidadania: doutrinação ou aprender a ser?](#)

### [19. \(Des\)Investimento na Educação](#)

### [22. Escola/Professores](#)

#### [22. Aproximem-se dos sindicatos, sindicalizem-se, façam propostas e participem nas ações desenvolvidas](#)

#### [26. Notícias da leprosaría](#)

#### [27. Professores atualizam-se .... mas não mudam](#)

### [28. Emergência Climática:](#)

#### [Como Juntar Forças Para Uma Transição Justa?](#)

### [30. Educação para a Cidadania:](#)

#### [Mais conteúdos, mais formação para todos](#)

### [32. Opinião](#)

#### [Cidadania e Desenvolvimento para que vos quero?](#)

### [33. Aos Sócios](#)

### [37. Consultório Jurídico](#)

#### [Aquisição de outras habilitações pelo pessoal docente](#)



ficha técnica:

**Diretor:** José Feliciano Costa . **Chefe de Redação:** Manuel Micaelo . **Conselho de Redação:** António Avelãs, Albertina Pena, Paula Rodrigues, Paula Santos, Joaquim Veiguiña, Carlos Leal . **Redação:** Lígia Calapez e Sofia Vilarigues (Jornalistas). **Design Gráfico e Paginação:** Dora Petinha. **Capa:** D. Petinha . **Composição:** Fátima Caria . **Revisão:** Lígia Calapez . **SPGL** . Edição e Propriedade de: **Sindicato dos Professores da Grande Lisboa**, Rua Fialho de Almeida, 3, 1070-128 Lisboa . **NIPC:** 501057528 **Periodicidade:** Mensal. **Depósito legal:** 9157/85 . **ICS:** 109893.



José Feliciano Costa

DIRETOR ESCOLA INFORMAÇÃO

# Precisamos de um Orçamento de Estado que sirva a Educação

Car@s Colegas

Uma saudação muito especial neste regresso à escola, este ano muito diferente do habitual. Que os docentes querem regressar à escola, não subsiste nenhuma dúvida, que o ensino deve ser presencial, também ninguém duvida, até porque o ensino à distância demonstrou enormes fragilidades, estando as consequências dessa experiência forçada ainda por apurar.

Regressar às aulas é, pois, necessário, mas as preocupações dos pais e dos professores avolumam-se.

Vejamos:

A ausência de regras claras e precisas sobre os procedimentos de segurança a adotar, a insuficiência de verbas para a compra de produtos de limpeza e desinfecção e a falta de condições para que as regras de distanciamento sejam respeitadas faz com que não existam condições seguras para o regresso às aulas.

A par da falta de professores num número muito significativo de escolas, mantém-se a gritante falta de recursos humanos, nomeadamente de assistentes operacionais, problema aliás já existente e que esta pandemia veio agravar, bem como de técnicos especiais e de pessoal auxiliar para o acompanhamento das crianças com necessidades educativas especiais.

Não menos importante, junta-se o facto de termos um corpo docente envelhecido, ao qual está associado um aumento de situações de doença, algumas crónicas e incapacitantes, integrando muitos deles os grupos de risco para a Covid-19.

A falta de recursos humanos tem evidentes reflexos nos horários dos professores, agravando as suas condições de trabalho e promovendo uma maior “promiscuidade” entre o que é considerado letivo e não letivo.

Acresce a marcação abusiva de todo o tipo de reuniões que se realizam sempre ou quase sempre depois das atividades marcadas nos horários, com o inqualificável abuso do prolongamento das atividades muito para além das 35 horas semanais, que têm de ser forçosamente consideradas trabalho extraordinário.

Aliás, já referimos inúmeras vezes que este é dos fatores que mais tem contribuído para o desgaste físico e psicológico dos docentes e que poderá agravar-se caso surjam surtos de infeção que conduzam a um descontrolo da situação nas escolas. As escolas têm que continuar abertas, como temos defendido; entendemos que o ME já perdeu tempo precioso, persis-

tindo num comportamento errático e, até, pouco responsável. Apresentámos propostas e temos manifestado disponibilidade para o diálogo, como é do conhecimento do Ministério da Educação, mas, lamentavelmente, não temos tido interlocutor. Vamos continuar a aguardar, mas também a monitorizar, a denunciar e intervir sempre que necessário.

É o momento de exigirmos que o OE de 2021 respeite os professores e que invista na educação. Este é um orçamento que terá forçosamente de dar resposta aos problemas que afetam os professores e os investigadores portugueses, indo ao encontro de todas as nossas questões centrais, nomeadamente a recuperação do tempo de serviço em falta (6 anos, 6 meses e 23 dias), a correção do problema das ultrapassagens, situação anómala e até inconstitucional, a eliminação dos incompreensíveis constrangimentos da progressão na carreira docente e o combate efetivo do flagelo da precariedade.

É um Orçamento que tem de possibilitar verbas para o rejuvenescimento da profissão docente, permitindo, por exemplo, soluções que possam passar pela aposentação antecipada, sem penalizações e que respeite o horário de trabalho dos professores, criando condições para o cumprimento efetivo da duração semanal do trabalho, o que implica mais recursos humanos nas escolas.

Este é um Orçamento que tem de garantir no Ensino Superior o financiamento para que estas instituições integrem nos quadros os docentes e investigadores cuja integração já foi homologada no âmbito do PREVPAP.

Vamos ainda exigir que este Orçamento retome a valorização da Educação e dos seus profissionais, alocando verbas para o financiamento deste setor, e propomos que até 2023 se atinja já progressivamente a meta dos 6% do PIB para a Educação. No dia 5 de outubro vamos à cidade do Porto, celebrar o Dia Mundial do Professor. Iremos descer a Avenida dos Aliados, respeitando todas as regras de segurança e, como já dissemos, vamos **“Dar expressão às justas reivindicações e reafirmar que respeitar os professores é valorizar a educação e o futuro”**. Este é o mote nesse dia, onde marcaremos posição pública e daremos a conhecer as nossas propostas de valorização da profissão docente e reafirmaremos que estamos disponíveis para o diálogo, para apresentar as nossas propostas, e para quebrar este inaceitável bloqueio negocial a que o ME nos está a sujeitar.

**Um bom ano letivo ■**



# Dossier

ESCOLA INFORMAÇÃO DIGITAL Nº28 SETEMBRO 2020

## ■ **Abertura do Ano Escolar**

A abertura do ano letivo é, sem dúvida, neste momento, a questão mais importante para professores, alunos, famílias, comunidade escolar. Neste dossier, o tema é abordado de diferentes formas. Antes do mais, através de uma síntese dos resultados do inquérito às escolas, promovido pela FENPROF, e que revela/ confirma as muitas dificuldades que marcam esta abertura. Dificuldades confirmadas em diversos textos de diretores de escolas, em particular porque “Multiplicaram-se os afazeres e não aumentaram os recursos humanos”. Denúncia de problemas que, entretanto, anda de par com o sublinhar da importância da escola e do papel dos professores. E até com uma nota de esperança: “Convidando Agostinho da Silva a vir conosco, continuaremos a fazer que a escola, a Escola Pública cumpra o seu papel de desenvolvimento e transformação”. A concluir, reafirma-se a permanente presença do SPGL. “Estar presente e ao lado dos professores, nossos colegas, nas vivências, nas dificuldades e nas preocupações é para nós o mais importante, é a matriz deste sindicato e é o compromisso que sempre assumimos”. ■

# Abertura do Ano Letivo 2020/2021

## Os problemas habituais, agravados por força da pandemia e pela incapacidade do Ministério da Educação para os resolver

• **António Avelãs**

Dirigente do SPGL

**A**FENPROF considera necessário conciliar a abertura das escolas - ensino presencial - com a garantia da segurança para todos os membros das comunidades educativas. Por isso apresentou publicamente, em 30 de julho, um vasto e suportado conjunto de medidas que deveriam ser tomadas <sup>(1)</sup>, manifestando a sua disponibilidade para as analisar, quer com o Ministério da Educação quer com a Direção Geral de Saúde. Incompreensivelmente, porém, nenhuma destas estruturas se mostrou disponível para receber a FENPROF.

As orientações ministeriais para que as escolas se organizassem de modo a responder à situação epidémica chegaram tarde e confusas; só a total dedicação, profissionalismo e elevado sentido deontológico dos docentes, muito particularmente dos responsáveis pelas direções das escolas/agrupamentos, permitiu que, apesar de tudo, a maioria das escolas abrisse as portas em segurança em meados de setembro.

### Inquérito às escolas confirma abertura com muitas dificuldades <sup>(2)</sup>

Para conhecer melhor as condi-

ções em que o ano letivo se inicia, a FENPROF realizou, escassos dias antes do início das aulas, um levantamento da situação. Elaborou um questionário que, em apenas três dias, obteve 321 respostas de diretores de agrupamentos de escolas (AE) e escolas não agrupadas (ENA), o que corresponde a 40% do universo existente.

A sua distribuição no território nacional (todos os distritos do continente e quase 70% dos municípios), permite extrapolar o resultado para o todo nacional.

### DADOS MAIS RELEVANTES NAS RESPOSTAS DAS ESCOLAS

#### • Medidas de segurança sanitária nas escolas

- Em 84% das escolas não são respeitadas as normas de distanciamento físico e constituição de pequenos grupos que a Direção-Geral da Saúde defende como “medida de prevenção para as escolas” (1,5 a 2 metros). Mesmo em relação ao distanciamento mínimo aconselhado pelo Ministério da Educação, de 1 metro, mais de metade (52,5%) dos AE/ENA não o cumpre, tendo turmas em que os alunos estão a escassos centímetros uns dos outros.

Este problema decorre do facto

de as escolas não terem sido autorizadas a dividir as turmas ou a tomar decisões de gestão de espaços, horários e regime de funcionamento.

- Apesar de o Ministério da Educação ter disponibilizado verba para a aquisição de equipamentos de proteção individual (EPI), quase 1/3 dos AE/ENA afirma que a verba recebida não é suficiente; mas, mesmo as escolas que consideram a verba suficiente, esclarecem que contam que esta seja apenas para o 1º período, tendo a sua resposta partido desse pressuposto.

- Já em relação aos produtos de limpeza e desinfeção, quase metade dos AE/ENA (45%) afirma que a verba disponibilizada é insuficiente, com 11% a garantir não ter recebido, sequer, qualquer reforço de verba.

#### • Recursos humanos das escolas

- Em 91% dos AE/ENA faltam assistentes operacionais (AO), sendo este um dos problemas mais sentidos pelas escolas. Aliás, este já era um dos principais problemas das escolas antes da pandemia, mas, agora, agrava-se. Em 42,8% dos AE/ENA o número de assistentes operacionais em falta situa-se no intervalo 5-10; mas 20% refere que a carência é superior a 10 trabalhadores; quase 30% das escolas afirma que fal-

tam até 5 funcionários auxiliares. Face a esta situação de carência, os 800 assistentes operacionais que o Ministério diz que serão colocados nas escolas não chegariam a um por AE/ENA (que são 811). Tendo em conta que 500 são renovações de contrato, o reforço efetivo não irá além de 300 AO, ou seja, uma média inferior a meio horário por AE/ENA.

- Em 75% dos AE/ENA continuam a faltar professores no dia que abre o início do ano letivo. Na maioria dos casos (43%) faltam até 5 docentes, mas em quase 35% o número de docentes em falta situa-se no intervalo 5–10. Em cerca de 8% dos casos estão ainda por colocar mais de 10 docentes. Este é um problema que se poderá agravar após o início do ano letivo.

- O Ministério da Educação fez saber que iria reforçar o número de professores nas escolas, tendo adiantado que seriam contratados mais 2500 docentes para esse efeito. Esse reforço de docentes, segundo 81,5% das direções dos AE/ENA, pelo menos até agora, não teve lugar. Nos casos em que há registo de reforço, só em 5% foram colocados 3 ou mais docentes e nos restantes 13,5% o aumento foi de, apenas, 1 ou 2 docentes.

- Relativamente aos alunos com necessidades educativas especiais, 61% dos AE/ENA afirmam não terem obtido qualquer reforço de recursos (docentes, técnicos especializados ou pessoal auxiliar) com vista à superação dos défices que resultam do designado ensino a distância. Mais de metade das direções destes AE/ENA revela ceticismo quanto à possibilidade de superar tais défices, enquanto os restantes admitem, ainda assim, ser possível. Só 39% dos AE/ENA afirmam ter obtido reforço de recursos para este efeito.

#### • Organização e funcionamento das escolas

- Segundo as direções dos AE/ENA os problemas com a organização e o funcionamento das escolas apresentam um nível mais



elevado de complexidade nas EB 2.3.

Essa é a resposta dada por 2/3 das direções. Também 40% das escolas considera o 1º Ciclo como sendo de organização e funcionamento muito problemáticos, em alguns casos, a par das EB2.3.

- Em 92% das escolas, por falta de recursos humanos ou de condições de segurança sanitária, os diversos espaços da escola irão funcionar de forma limitada ou, em alguns casos, nem sequer abrirão. No que respeita a encerramentos, o espaço mais afetado será o bar que, em 20% dos AE/ENA, permanecerá encerrado; também em 4,3% dos AE/ENA não abrirão as bibliotecas e em 4% serão as salas TIC a manter-se fechadas. Quanto a limitações no funcionamento dos espaços, elas existirão em 94,4% dos refeitórios, 90% das papelarias, 86% das salas TIC, 84% das bibliotecas e 75% das instalações sanitárias.

#### • Situação dos professores de grupos de risco

A quase totalidade das escolas admite não conhecer qual será a solução para proteger, resguardando, os docentes que se integram em grupos de risco. Em 34% dos casos as direções pretendem atribuir-lhes funções que reduzirão o número de contactos, mas a maior parte, desconhecendo o que fazer, pensa que estes docen-

tes terão de justificar eventuais ausências com a apresentação de atestado médico, mesmo que não exista uma situação clínica impeditiva do exercício da atividade docente.

As respostas das escolas não surpreendem a FENPROF. A pandemia veio dar mais visibilidade às carências das escolas, que os professores e educadores, através dos seus sindicatos, têm repetidamente denunciado. Mas essas denúncias não têm conseguido mover o Ministério da Educação, que tem vindo a manifestar uma preocupante incapacidade (ou falta de vontade) de responder ao desafio de preparar a Escola Pública para responder às novas exigências.

Num momento em que se discute o orçamento de Estado para 2021, e sem questionar o necessário esforço financeiro para minorar as dificuldades sociais resultantes da crise económica provocada pelo COVID 19, a FENPROF insiste na necessidade de aumentar significativamente o orçamento para a Educação para que as escolas possam cumprir a sua missão. Os professores não desistem; precisam de um Ministério que os ouça, os apoie, ... e que não se limite a fingir que existe.

(1) Documento da FENPROF, consultável na página da FENPROF

(2) Sobre este inquérito, parcialmente aqui transcrito, ver também a página da FENPROF. ■

# A Escola já começou!

• **M. Eugénia Coelho**

Diretora do AE Eça de Queirós, Lisboa

**A** Escola já começou! Finalmente. Após seis meses sem escola ver o regresso ou ingresso dos alunos, agora em setembro, reforça-nos a esperança.

A Escola que vivemos atualmente é o maior produto deste caminho de construção da democracia no nosso país. Caminho construído por milhares de professores e auxiliares, pais e alunos, num processo que, em simultâneo, modificou a própria escola, mas sobretudo, a vida dos seus pró-

prios construtores.

Se compararmos os níveis de escolaridade, de literacia, o número de licenciados, de há 50 anos com os de agora, entendemos claramente a importância da escola. As alterações sociais, ambientais, cívicas, económicas, científicas e culturais, individuais e coletivas, que vivemos constroem-se na escola.

Constroem-se no processo de ensino aprendizagem, na procura e construção do conhecimento, mas também nas interações entre os alunos. Da vivência coletiva, *in loco*, constrói-se pensamento. Os últimos meses provaram-nos

que os contactos com os alunos, a orientação para a pesquisa, o acompanhamento na elaboração de trabalhos, até a abordagem a novas matérias, são possíveis, através de um enorme conjunto de ferramentas que temos ao nosso dispor e que podemos e devemos usar. Sem dificuldade, com criatividade. E os professores provaram-no a quem duvidava. Mas sabemos todos que as soluções experimentadas nestes períodos de confinamento estão longe de se aproximarem do real papel da Escola. Que é impossível ser professor através de um ecrã.



Por isso abrimos em Setembro. Com desinfetantes, álcool gel, tapetes, setas no chão, janelas abertas, percursos diferenciados, horários desfasados. Com máscaras.

Com o mesmo número de alunos, o mesmo número de turmas, com as mesmas salas, com o mesmo número de docentes. Com o mesmo número de assistentes operacionais.

Poderíamos afirmar que estaria tudo, mais ou menos, na mesma, na normalidade da abertura de um novo ano letivo. Mas não é bem assim.

Nos primeiros dias de setembro, com o regresso físico dos professores à escola, houve necessidade de encurtar o distanciamento que estes meses impuseram. De reforçar a importância do nosso papel, da nossa presença, no crescimento dos nossos alunos. De listarmos juntos todas as mudanças que a escola produz nos alunos, na sociedade. Que é impossível manter as escolas sem alunos.

Tem sido um processo de reconstrução duro, porque todos temos medo.

O Agrupamento onde trabalho, à semelhança de tantos outros, tem uma média de idades dos docentes que ultrapassa os 59 anos. A média de idades dos funcionários não anda longe. Bastarão estes simples dados para entendermos o conjunto tão alargado de docentes com doenças crónicas que os impossibilitam de regressar em segurança.

Há também alunos desde o 1º ano ao 12º ano que não podem frequentar a escola, por condições de saúde de risco.

E por isto, por haver professores e alunos que não podem regressar, este setembro tem sido diferente e muito exigente.

A procura de soluções para estes casos embate com a dificuldade da substituição dos professores de alguns grupos, receando-se mesmo que a situação da falta de docentes em certas disciplinas se prolongue no tempo.

Quanto aos alunos que permanecem em casa é necessário disponibilizar meios técnicos, em cada uma das escolas do agrupamento, para os docentes estabelecerem tempos de comunicação com esses alunos, para os orientarem no trabalho que continuarão a fazer em casa.

O nosso equipamento informático, não atingindo a média de idades dos docentes, não lhes fica atrás. E se os professores têm a capacidade de se reinventarem, não podemos dizer o mesmo das máquinas. Apesar de possuímos computadores em todas as salas, esses são antigos, lentos, sem câmaras, muitos com dificuldades de som. Os que reúnem as condições para um trabalho à distância com a qualidade mínima, são insuficientes para as necessidades e requerem uma gestão muito criativa.

Receamos ainda que o vírus entre nas escolas.

Sabemos que é praticamente impossível que não aconteça e também esta probabilidade nos tem dado muito que fazer e enormes preocupações:

Planos de Contingência, Planos de Atuação, Planos de Desenvolvimento das Aprendizagens, Plano Presencial, Plano Misto, Plano à Distância. Sempre com a incerteza se serão eficazes, se foram consideradas todas as variantes;

A procura de literatura sobre os assuntos, a participação nas várias reuniões das várias entidades que têm ou querem dizer alguma coisa;

A gestão de todas estas solicitações, a capacidade de recusar sugestões ou vontades que, embora abnegadas, só contribuem para complicar o que queremos simplificar.

Tem sido assim setembro.

A tranquilidade que conseguimos transmitir aos nossos alunos, em ambientes relativamente seguros, encheram os corredores, das nossas escolas.

Como nos outros anos?

Nem pensar. Ao lado de cada um

que percorre os corredores ou está na sala de aula, caminha, silencioso, o medo. Não podemos dar-lhe muito espaço.

Temos de o enfrentar, cumprindo as medidas de segurança, esperando que o seu espaço seja preenchido pelas gargalhadas de que sentimos falta, nos corredores.

“... Cada pessoa que nasce deve ser orientada para não desanimar com o mundo que encontra à volta. Porque cada um de nós é um ente extraordinário, com lugar no céu das ideias... Seremos capazes de nos desenvolver, de reencontrar o que em nós é extraordinário e transformaremos o mundo.”

Convidando Agostinho da Silva a vir connosco, continuaremos a fazer que a escola, a Escola Pública, cumpra o seu papel de desenvolvimento e transformação.■

**Ao lado de cada um que percorre os corredores ou está na sala de aula, caminha, silencioso, o medo. Não podemos dar-lhe muito espaço. Temos de o enfrentar, cumprindo as medidas de segurança, esperando que o seu espaço seja preenchido pelas gargalhadas de que sentimos falta, nos corredores.**



Foto: cedida pelo autor do texto

# Bem-vindos!... Em segurança?

• José Manuel Godinho

Director do AE António Gedeão, Almada

Assim que o Governo determinou o regresso às aulas presenciais a partir do mês de setembro, porquanto ainda estivéssemos expectantes e assoberbados com o Ensino à Distância (EaD) e as aulas semi-presenciais (!) do secundário, as Escolas *atiraram-se* logo à *megatarefa* de planear o ano letivo 20-21.

E fizemo-lo porque nós, professores, somos muito certinhos e ciosos do nosso trabalho e das nossas responsabilidades, apesar dos pesares! A verdade é que a proficiência é algo que nos caracteriza, assim como o voluntarismo e a resiliência. (Nunca me canso de lembrá-lo para que os privados de bom senso e os intelecto-suprimidos que criticam esta profissão não se esqueçam

que, dentro da Função Pública, somos aqueles que mais fazem com menos disponível.)

Mas, desta vez, algo mais nos impulsionou a lançarmo-nos nesta tarefa hercúlea de preparar e organizar um ano letivo dentro do contexto de uma pandemia irritantemente persistente: a consciência de quão importante para todos é o ensino presencial.

Ah, pois é!... E porquê?

Bom, porque as escolas desempenham um papel fundamental nas estruturas comunitárias enquanto ambientes seguros e de aprendizagem, pela competência do seu pessoal docente e não docente e dos seus projetos educativos. Mais, porque as escolas são hoje veículos de prestação de serviços essenciais, garantindo alimentação, apoio social, cuidados básicos de saúde, assegurando conforto emocional e psicológico.

Um sistema que privilegie a Educação pública é, pois, um sistema com garantia de sucesso.

Mas para que tudo isto funcione, precisamos de meios, de garantias. Desde logo importa garantir o bem-estar de alunos, professores, pessoal não docente. É a prioridade! Mas não vamos lá com expressões como “na medida do possível”!... A malta não quer disso, porque soa a risco e parece que andamos a brincar com o bem-estar das pessoas.

Claro que temos de usar máscara, lavar as mãos, manter o distanciamento!... Afinal, são essas as recomendações da OMS, que, às apalpadelas e ignorando teorias da conspiração e loucos negacionistas, lá vai tentando mitigar males maiores.

Mas não é suficiente!...

Independentemente das estratégias mirabolantes, mais ou menos inspiradas, que cada escola

até agora conseguiu criar, tentando responder às *orientações* recebidas, ainda não conseguimos inventar uma forma de *meter o Rossio na Betesga*.

É que vinte e oito (por vezes mais) alunos e um professor dentro de uma sala de aulas com cerca de 40 m<sup>2</sup> não garante o necessário distanciamento entre os presentes.

Começa logo aqui!... Não sou de alarmismos, mas tantos miúdos e um graúdo quase ombro a ombro, respirando em circuito fechado, mesmo sacrificando o conforto térmico abrindo de par em par porta e janelas, perdoem-me, mas é estar a pedi-las...

Então, que fazer?

Se eu fosse megalómano ou acreditasse na magia dos arcos-íris, pedia já para fazerem anfiteatros em todas as escolas e para todos os anos de escolaridade, daqueles *fixes* onde os decisores reúnem e que todos merecemos, quiçá. Mas sou realista e humildezinho e, portanto, fico-me pela efetiva redução do número de alunos por turma!!! É que até já há legislação para isso, portanto deixem-nos aplicá-la. É pedir pouco e sempre ajudava à tal garantia de segurança!...

Depois, sobre as máscaras e o uso obrigatório. Se bem que agora é uma peça estilística, algumas de criatividade atroz, é uma guerra mantê-las bem agarradas aos alunos, a toda a hora. Refiro-me aos petizes do 5º ano em diante, claro. Simplesmente chateia-os e enquanto utilizador intensivo, até os compreendo. É que custa a respirar e não se vislumbra os belfos, essa parte tão mimosa do rosto humano.

Enfim... nos intervalos, agora poucos e menos duradouros, mas que têm de existir, há que andar em cima dos pequenos, qual cartaz informativo vociferante, alertando-os para manterem a (des) dita na cara e já agora, acima do nariz (dava jeito). Para esta atençãozinha, as Escolas precisam de Assistentes Operacionais (AO's) em número e competência adequados, porque rareiam. E não nos falem de bolsas de reserva,

porque isso cheira mais a propaganda e, na prática, será de pouca utilidade para todos.

Ainda sobre os AO's, amiúde prometidos e cada vez mais sumidos, urge a colocação de mais e muitos. É que sem eles (mais elas), não se faz a higienização. E sem higienização... ai, Jesus! Não há pavilhões, salas, refeitórios, bibliotecas, tantos, todos os espaços dentro de uma Escola onde estes trabalhadores não façam – mesmo muita! - falta. E têm que lá estar. Resolvia!

Ah, não venham também agora com a conversa que temos de pôr os alunos a limpar, em nome do civismo. Isso soa a medida disciplinar e os alunos (e os encarregados de educação) começam logo a querer saber qual o mal que fizeram.

Convenhamos... Não se ensinam ou adquirem competências sociais, defraudando instituições e a opinião pública cortando nos postos de trabalho, cerceando a mais-valia laboral.

Lembrem-se, santos e santas... As escolas são espelhos da sociedade e enquanto tal têm a sua organização, onde todos os elementos têm as respetivas competências bem definidas: os professores ensinam, os alunos aprendem, os assistentes mantêm e apoiam. Isto não é elitismo, amigos... é a realidade do funcionamento de uma comunidade interdependente e perfeitamente simbiótica que trabalha em conjunto. Ninguém é escravo de ninguém e todos devem fazer a sua parte.

E sobre os professores??? Essa classe profissional desgastada porque fustigada física e moralmente por anos e anos de imposições descabidas e outras injustiças, que já tarda em ser reconhecida, e que tem agora um outro problema. ou melhor, vários outros problemas. Querem-nos a 100% nas Escolas, sem possibilidade de vacilar, que é como quem diz sem poder estar doente e, se porventura tal acontece, porque a condição humana e os *vírus* assim o exigem e a malta não vai para nova, é o cabo

dos trabalhos (e da burocracia!) para o substituir. E sem professor, não há aulas, há *furos*, levando ao inevitável convívio entre alunos - agora tão...*impróprio*. Hélas, dizem os galeses!... É o que temos, dizem os lusos!... Bolas para isto, digo eu!... É que já cansa tanta inépcia e *mentirada*!!!

Logo,

Querem as escolas abertas e a funcionar? Querem as pessoas descansadas, a fazer pela vidinha e com saúde?

Então, de uma vez por todas aprendam com os erros que se cometem, desçam à terra e ponham mãos à obra porque bem sabem que há ainda volta a dar, se houver consciência e vontade de fazer, de resolver.

Caso contrário, não vamos todos ficar bem.■

**desta vez, algo mais  
nos impulsionou  
a lançarmo-nos  
nesta tarefa hercúlea  
de preparar e organizar  
um ano letivo  
dentro do contexto  
de uma pandemia  
irritantemente  
persistente:  
a consciência  
de quão importante  
para todos é o  
ensino presencial.**

# Para que haja margem para realizar o sonho

• **Jorge Manuel da Luz Tavares**

Idiretor do AE Marcelino Mesquita do Cartaxo, Santarém



Foto: Designed by Freepik

Caros colegas,  
À presente data partilho uma realidade que poderá ser diferente quando a revista chegar às vossas mãos. Nunca o dia de amanhã foi tão imprevisível e incerto como visto a partir de hoje. O meu olhar para o futuro está carregado das imagens e das ideias que a pandemia fez o favor de povoar na minha mente.

Sou Diretor do Agrupamento de Escolas Marcelino Mesquita do Cartaxo desde o tempo em que era Presidente do Conselho Executivo; desde o tempo em que o digital ainda dava os primeiros passos; desde o tempo em que quase não havia constrangimentos na carreira docente.

Quando em março fomos atirados para um ensino não presencial, foi importante a mobilização dos docentes de Informática que colocaram ferramentas ao serviço de todo o Agrupamento. O confinamento forçado pôs à luz do dia a importância dos docentes na sociedade, alunos do pré-escolar ao ensino superior puderam dar continuidade ao seu percurso escolar com os naturais constrangimentos que a nova realidade impôs. O ensino não presencial, pese

embora o sucesso alcançado pela larga maioria dos alunos ligados (neste Agrupamento 97% estavam ligados e para os restantes 3% a autarquia adquiriu material informático), demonstrou ser uma alternativa séria, mas peca por ser impessoal e ser uma via de acesso ao abandono escolar e às desigualdades sociais.

O regresso presencial dos 11º e 12º anos em maio e do Pré-escolar a 1 de junho, num cenário de pandemia, evidenciou o sentido de responsabilidade de todos os que gravitam no espaço escolar e devolveu alguma autenticidade perdida. Os recentes resultados do acesso ao ensino superior acabaram por ser uma recompensa para quem esteve na linha da frente – docentes, não docentes, alunos.

O regresso às aulas em setembro coincidiu com um aumento significativo de casos nacionais de covid-19, o que causou apreensão para esse regresso em toda a comunidade escolar.

A experiência adquirida no 3º período, associada ao sentido de responsabilidade, foram desígnios essenciais para este regresso tranquilo de quem coloca os alu-

nos no centro da gravidade.

Uma larga maioria das escolas arranca cada ano novo com problemas velhos – falta de assistentes operacionais.

Aos assistentes operacionais cabe uma missão penosa e tanta vez injustiçada. Debatem-se, tal como os docentes, diariamente, com os problemas sociais dos alunos, associados a indisciplina por parte destes.

No Cartaxo, não há amianto em contato direto com alunos e, com o apoio das juntas de freguesia, da Câmara Municipal e da tutela vão sendo feitas reformas do parque escolar. Realidade bem diferente de muitos estabelecimentos de ensino deste Portugal em que é preciso um suplemento de alma para reunir esforços e encontrar na escola um quadro de formação coletiva.

Com a covid-19 agigantaram-se problemas sociais – desemprego, *lay off*, fome.

Esta triste realidade, no ensino presencial torna-se mais visível e como tal o desafio é imediato. Torna-se imperioso devolver a esperança e recuperar o ânimo dos nossos alunos e famílias.

A um eventual aumento significativo do número de casos covid-19, o ensino misto e o não presencial constituem alternativas sérias. O sucesso destes modelos de ensino está dependente, em larga medida, de dotar docentes e alunos de equipamento informático e formação para que se possa responder de forma mais eficaz à exigência do modelo não presencial. Num ano letivo em que as carências estão identificadas e os desafios são imediatos, à missão e responsabilidade da escola, tem de haver da parte dos parceiros mobilização, rigor e verdade para que haja margem para realizar o sonho. ■



Foto: Designed by Freepik

# Regresso de máscara

• **Francisco Martins da Silva**

Professor na Escola Secundária Rafael Bordalo Pinheiro

A sociedade portuguesa procura responder à necessidade do regresso à escola de mais de um milhão de crianças e jovens. Hoje sabe-se pouco mais da covid-19 do que se sabia em Março. Soube-se logo que todo o ajuntamento acarreta risco de contágio. Sabe-se agora que novo confinamento geral é incomportável para o país. A polémica solução sueca, mais mascarada e desinfectada, parece ser, doravante, a única possível — a responsabilidade da propagação da doença passa a ser dos cidadãos, sendo do interesse de cada um cumprir as regras e fazer-se à vida.

Acontece que a pulsão da vida é mais forte que qualquer norma, e não será a máscara e o álcool-gel

a retirar irreverência e inquietude aos nossos alunos.

Algumas turmas foram desdobradas, mas só algumas, pois o acréscimo de apenas 3000 docentes e a limitação das instalações não permitem duplicar o número de turmas. Na maioria das salas a ocupação é máxima. Nas aulas de Educação Moral e Religiosa e nalgumas ofertas de escola, misturam-se alunos de várias turmas. Haja fé, portanto.

Os assistentes operacionais passaram a andar numa fona desinfetante pelos edifícios escolares e, também devido aos intervalos descontraídos, em conflito permanente com a circulação errática dos alunos nos corredores e recreios. As normas de limpeza e desinfecção e da movimentação das turmas-bolha em sentidos únicos marcados no pavimento

são de tal minúcia e obrigatoriedade que justificariam a incorporação massiva de assistentes operacionais, submetê-los a uma recruta e, em cerimónia de parada, arvorá-los em *comandos* operacionais... Em vez disso, o primeiro-ministro anunciou a contratação de apenas 1500 destes funcionários. A comunicação social limitou-se a referir o sensacional número 1500, abstendo-se de explicar que há 812 agrupamentos, cada um agrupando duas a vinte e oito escolas. A crónica insuficiência do corpo de assistentes operacionais, agravada por inúmeras baixas médicas, e o conseqüente descontrolo do incumprimento da distância física aconselhada entre alunos e turmas nos recreios, será uma grande contribuição para a tão desejada imunidade de grupo. A

economia primeiro, logo, solução sueca.

No espaço escolar, da sala de aula ao refeitório e ao recreio, a máscara virá incrementar o flagelo da indisciplina para novo patamar: desde o esquecimento recorrente, recusa ou uso indevido da máscara a um rol infindo de atividades a coberto dela. — Eu?! Como prova que fui eu, se estava toda a gente de máscara? — Os professores terão de aprender a conhecer os novos alunos só pelos olhos e talvez, finalmente, o cargo de director de turma passe a ser a tempo inteiro.

Nas aulas, a máscara será um suplício. Asfixia no próprio hálito, cefaleias e comunicação defeituosa levarão ao mutismo desistente de quem lecciona. Acabarão as aulas expositivas. Ainda bem, exultarão muitos. Que estarei lá a fazer?, perguntarão outros. Agora é só *páuarpóintes*, é cada soneca, caçoarão os alunos.

Ah, mas devem privilegiar as aulas no exterior, reduz-se a possibilidade de contágio e os miúdos gostam. Mesmo em qualquer disciplina, não é só em EV ou em EF, exorta o ME. O método peripatético é que é. Ah, Aristóteles, se tu sonhasses... Convém esquecer que o Inverno e o mau tempo, por cá, acompanham quase todo o ano lectivo. Também se prevê boa aprendizagem empírica acerca da relação entre correntes de ar e resfriados, devido à prática preventiva do permanente arejamento das salas.

Tudo isto gera receio. Entre professores, há receio. Este receio, consoante a índole, a experiência e a saúde, expressa-se de modo diverso. Há pragmáticos que se dizem mentalizados para, mais dia menos dia, aparecerem positivos, porque quem anda à chuva, molha-se; há quem, recuando um passo, armado de máscara e viseira, declare «nunca me aproximarei dos alunos, vou destinar uma mesa para eles porem os trabalhos à vez, o aluno levanta-se, põe o trabalho ou o teste ou o que for na mesa, senta-se, e só depois sairei da secretária para ir à mesa recolher o que lá esti-



Foto: Designed by Freepik

ver, isso é que era bom»; há os que, sendo do “grupo de risco” ou tendo “morbilidades” várias, metem baixa; há ainda quem não compreenda e não se conforme com todos estes constrangimentos, e circule com o nariz fora da máscara ou com ela por baixo do queixo e dê cotoveladas amigáveis em toda a gente.

As medidas que as escolas consigam pôr em prática, para muitos pais, funcionários, e professores serão sempre insuficientes, para outros serão excessivas. Para todos, esta situação sem fim à vista é geradora de paranóia. O maior desafio, talvez, é não deixarmos que a luta contra a covid-19 se transforme em contenda entre nós. ■

*O autor escreve segundo a orto-*

**As medidas que as escolas consigam pôr em prática, para muitos pais, funcionários, e professores serão sempre insuficientes, para outros serão excessivas. Para todos, esta situação sem fim à vista é geradora de paranóia. O maior desafio, talvez, é não deixarmos que a luta contra a covid-19 se transforme em contenda entre nós**

# O SPGL sempre presente nas escolas E a acompanhar o regresso ao ensino presencial nas suas regiões sindicais



O SPGL tem acompanhado, presencialmente, este início de ano letivo e o regresso ao ensino presencial em todas as regiões da sua área de abrangência e em todos os setores da educação e ensino público não superior.

Este arranque tem sido marcado pela preocupação com a pandemia e pelos cuidados a ter na prevenção da covid-19. Esta é uma preocupação de toda a comunidade educativa, a que acrescem as preocupações habituais no início de ano letivo.

Estivemos, esta semana, em várias escolas, ouvimos diretores e docentes, verificámos *in loco* as dificuldades de organização e as grandes preocupações das comunidades educativas para a tarefa que agora se inicia.

Estar presente e ao lado dos professores, nossos colegas, nas vivências, nas dificuldades e nas preocupações é para nós o mais



Fotos: Joana Rodrigues

importante, é a matriz deste sindicato e é o compromisso que sempre assumimos.

No geral, verificam-se problemas que são comuns a todas as regiões do SPGL, níveis e ciclos de ensino não superior: a falta de recursos humanos é gritante, desde assistentes operacionais a pessoal técnico e docente. O rácio definido para as escolas, em termos do número de assistentes operacionais, tendo por base o número de alunos e nunca a ti-

pologia, resposta ou horário de funcionamento, tem-se revelado insuficiente.

Na situação de saúde pública em que vivemos o problema agrava-se, porque não tendo sido alterado o rácio nem tendo sido colocados mais assistentes operacionais, é muito difícil, ou mesmo impossível, dar cumprimento a todas as tarefas necessárias para o funcionamento dos estabelecimentos de ensino em condições de segurança.



Fotos: Joana Rodrigues

**Uma escola pública de qualidade precisa de profissionais valorizados e de ver respeitadas as condições de trabalho a nível dos horários, dos salários e das condições para o exercício das suas funções. Não abdicamos da luta por uma escola pública de qualidade nem da luta pela dignificação de quem nela trabalha.**

O mesmo número de assistentes operacionais tem agora também de dar resposta à indispensável exigência de higienização dos vários espaços e ao acompanhamento dos alunos por forma a cumprir a distanciamento físico exigido pela DGS.

Multiplicaram-se os afazeres e não aumentaram os recursos humanos.

Os professores são pressionados para exercício de funções que não são da sua competência e que vão para além do seu horário de trabalho, como sejam: a vigilância de recreios, de almoços ou de proceder à higienização de vários espaços. Estas são tarefas cujo conteúdo funcional é próprio de outros profissionais, que o ministério e as autarquias insistem em não colocar nas escolas. No processo de transferência de competências (municipalização) em curso, as autarquias conti-

nuam a não conseguir responder nem a suprir as necessidades urgentes e permanentes dos estabelecimentos de ensino.

A DGS “dita” normas de segurança que não são possíveis de cumprir nas escolas por falta de investimento ou mesmo por profundo desinvestimento. Não há EPI para a comunidade educativa, não é possível cumprir o distanciamento porque o número de alunos por turma não diminuiu nem o espaço das salas de aula aumentou. A higienização fica aquém do necessário por falta de recursos humanos nos estabelecimentos de ensino.

Apesar de todas as dificuldades e riscos, o ensino presencial é desejado por todos: docentes, pessoal não docente e alunos. Manter esta modalidade presencial é fundamental, pois a Escola é o espaço onde as interações e aprendizagens acontecem e, para isso, é necessário investimento na educação. É fundamental e urgente reforçar os recursos humanos e materiais nas escolas.

Estas e outras preocupações foram manifestadas nos vários estabelecimentos de ensino visitados, tanto por docentes como por diretores.

Uma das preocupações manifestadas é, por exemplo, a de uma escola onde estivemos que tem 47 turmas a funcionar em dois turnos quando foi construída para 33 turmas.

Numa outra situação verifica-se a dificuldade da gestão ao nível dos espaços: a falta de salas ou a necessidade de evitar o cruzamento de turmas leva a que todas as reuniões sejam realizadas em plataformas digitais. É necessário pensar as abordagens e a organização sob outros prismas e esta é uma questão que tem de ser analisada e solucionada.

Outra das preocupações reveladas relaciona-se com a substituição de docentes por ausência temporária que é demorada e cuja bolsa de recrutamento parece não estar a resolver. Não estão também definidas orientações que visem a proteção de trabalhadores das escolas em situação



de risco. Este é um dos problemas prementes.

Também foi referida a falta de informação às escolas quanto aos casos de infeção. Esta falta de informação não permite que se atue em termos de organização para prevenção da propagação do vírus.

Quanto à componente de apoio à família, a funcionar no espaço escolar, existem muitas dificuldades ao nível da organização e do respeito pelas orientações da DGS por forma a evitar o cruzamento de grupos/turmas e para o planeamento de circuitos, como, por exemplo corredores de sentido único, pela insuficiência de recursos humanos.

Verificámos que as escolas têm feito um esforço tremendo para funcionar, mas tanto as direções como os professores sentem a falta de orientações por parte do Ministério da Educação, que se tem desresponsabilizado do acompanhamento das escolas e dos docentes, nesta situação. Esta falta de orientações também se verificou durante o período de confinamento no ensino à distância.

É transversal e notória a falta de recursos humanos nas escolas e urge em todos os estabelecimentos de ensino a colocação de mais assistentes operacionais, mais docentes, mais pessoal técnico, quer para suprir necessidades quer para fazer face a todas as tarefas inerentes ao dia a dia de uma escola.

Valorizar a escola é valorizar os seus recursos humanos: “Não se dignifica a escola sem dignificar os seus recursos humanos” - como referiu o diretor da escola secundária Josefa d’Óbidos. Uma escola pública de qualidade precisa de profissionais valorizados e de ver respeitadas as condições de trabalho a nível dos horários, dos salários e das condições para o exercício das suas funções.

Não abdicamos da luta por uma escola pública de qualidade nem da luta pela dignificação de quem nela trabalha. ■



Fotos: Joana Rodrigues

# Educação para a Cidadania: doutrinação ou aprender a ser?

Joaquim Jorge Veigunha

**C**erca de uma centena de pessoas, em que se integram o ex-presidente da República Aníbal Cavaco Silva, o ex-primeiro ministro Pedro

Passos Coelho e o deputado socialista Sérgio Sousa Pinto entre outras figuras conhecidas, subscreveram nos inícios de setembro um manifesto intitulado *Em defesa da Liberdade da Educação* que contesta a decisão do ministério de Educação por ter reprovado dois alunos de uma escola de Vila Nova de Famalicão por excesso de faltas à disciplina de Educação para a Cidadania e Desenvolvimento que aborda temas como os direitos humanos, a igualdade de género e a educação sexual fundamentais para a formação e as opções dos jovens no seu futuro próximo, mas que os subscritores consideram formas de doutrinação por parte de um Estado que deveria ser neutro nestas temáticas que nada têm de polémico. Dinamizado pelo pai dos dois alunos, o empresário Artur Mesquita Guimarães, que se autodesigna como representante do “sentir de gente da elite de Portugal” (*Público*, 3. 09. 2020), o manifesto invoca, como um dos seus pontos fortes, o n.º 3 do artigo 26.º da Declaração Universal dos Direitos do Homem da Assembleia Geral das Nações Unidas que defende que “aos pais pertence a prioridade do direito de escolher o género de educação a dar aos filhos”. Não contestamos este direito – os autores do manifesto sublinham sobretudo a ‘prioridade’ de escolha pelos pais como se esta excluísse outras opções –, o que provavelmente os levou a não dar a devida atenção ao n.º 2.º do mesmo artigo que citamos também: “A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do homem e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade

entre todas as nações e todos os grupos raciais e religiosos, bem como o desenvolvimento das atividades das Nações Unidas para a manutenção da paz”.

## Tolerância e reciprocidade

O que é que isto tem a ver com a disciplina de Educação para a Cidadania? Tudo! De facto, o respeito pelo outro, pelo diferente como ser de igual dignidade que exclui todas as formas de racismo e xenofobia e, elemento fundamental desta disciplina sobretudo a que é ministrada a alunos muito jovens, a ideia de que em democracia os diferentes e as divergências de opinião não se resolvem num contexto de guerra em que o adversário é um alvo a abater e não um parceiro que em igualdade de circunstâncias debate, argumenta e discute os seus pontos de vista, mas no âmbito de uma negociação que rejeita a violência e procura o compromisso. Neste sentido, se deve entender a cultura de paz, tolerância e amizade defendida pela Declaração, e que, no caso da disciplina de Educação para a Cidadania e Desenvolvimento, se converte na relação inter-humana essencial a que os alunos se devem habituar desde muito jovens.

Posto isto, não se percebe por que motivo um dos subscritores do manifesto, Sérgio Sousa Pinto, invocando extemporaneamente Sotto Mayor Cardia, deputado à Constituinte de 1976, que provavelmente conhecia mal, acusa a disciplina de Educação para a Cidadania e Desenvolvimento de ser contrária ao princípio constitucional que proíbe o Estado de “programar a educação e a cultura segundo quaisquer diretrizes filosóficas, estéticas, políticas, ideológicas ou religiosas” (*Público* 2. 09. 2020). Sotto Mayor Cardia que, infelizmente, já não está entre nós, revolver-se-ia na própria

tumba ao escutar estas considerações que passam completamente ao lado do que se propõe a disciplina de Educação para a Cidadania e Desenvolvimento que não visa doutrinar mas ensinar o aluno a ser solidário, não violento, capaz de controlar as próprias emoções e a ser respeitador das diferenças na sua relação com os outros.

## Liberdade de escolha

Por sua vez, José Miguel Júdice, ao que tudo indica também alegadamente representante do ‘sentir’ das elites portuguesas, vai ainda mais longe considerando que o programa obrigatório da disciplina é sinónimo de que “está a instalar-se uma nova inquisição que não tortura e não mata. Mas o que é facto é que não é possível a divergência (*Público*, 3.09. 2020)”, que recolhe justamente a sua oposição. Só que se engana redondamente, pois é precisamente o contrário o que acontece: a disciplina visa ensinar os alunos a lidar com a divergência e o conflito que não pode degenerar em atitudes violentas, dogmáticas e intolerantes. Para o promotor do manifesto “o que está em causa não é a educação social, não é a ecologia não é a solidariedade é, de facto, a expropriação por parte do Estado da educação dos nossos filhos”. Não é rigorosamente nada disto que está em causa, mas, pelo contrário, a imposição por parte dos pais que, alegadamente, representa, da sua própria conceção do mundo e da vida aos seus educandos, privando-os assim de terem acesso a outras igualmente válidas para mais tarde exercerem a sua liberdade de escolha com conhecimento de causa. Justamente por isto, sem nenhum paradoxo, a disciplina de Educação para a Cidadania e Desenvolvimento não deve ser facultativa, mas obrigatória. ■

# (Des)Investimento na Educação

• José Feliciano Costa

Apesar de alguns o dizerem, as crises não são oportunidades para nada, são períodos que provocam sofrimento, provações e em que se desnudam ainda mais as fragilidades de um país.

Tendo por base uma intervenção de Eugénio Rosa sobre **“O INVESTIMENTO NO ENSINO E NA EDUCAÇÃO EM PORTUGAL”**

realizada no último Conselho Nacional da FENPROF, em setembro de 2020, facilmente percebemos, quando comparados com os países da UE, a ainda baixa escolaridade da população portuguesa, com particular incidência na população empregada.

Segundo E. Rosa, esta baixa escolaridade de uma percentagem significativa da população, quer total quer empregada, está associada a um tipo de economia cujo perfil dominante é a do emprego pouco qualificado, de baixa produtividade. Este perfil determina, por um lado, os baixos salários e é um poderoso obstáculo à construção de uma economia desenvolvida e competitiva.

São fragilidades infelizmente já endémicas que geram miséria, obstaculizam o desenvolvimento do país, fragilizam a economia e mostram que, de facto, a crise não é igual para todos nem traz novas oportunidades.

Como provam os quadros apresentados no estudo, o Desinvestimento no Ensino e na Educação é um dos fatores determinantes para o agravar desta situação, que se torna mais dramática nestes períodos. Esta situação já foi demonstrada aquando da crise decorrente da intervenção da “troika”. De facto, o que temos é o acentuar das desigualdades internas e externas num país onde o fosso entre ricos e pobres é o maior no conjunto dos países da União Europeia.

**Quadro 1. Dados das Taxas de Escolaridade na União Europeia (28 países) e Zona Euro (19 países)**

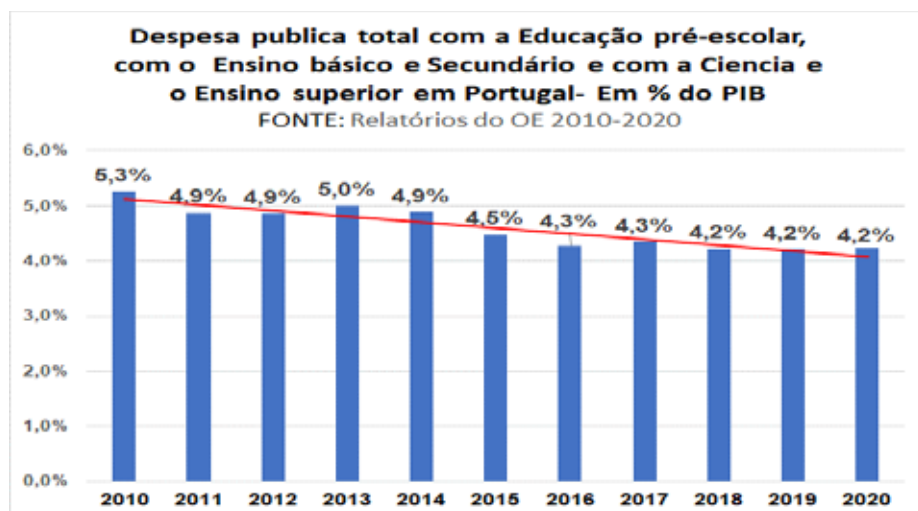
ESCOLARIDADE REGIÕES/PAÍSES	% da População com o ensino básico ou menos			% da População com o ensino secundário e pós secundário			% da População com o ensino superior		
	U.E. - 28 países	Zonna Euro - 19 países	Portugal	U.E. - 28 países	Zonna Euro - 19 países	Portugal	U.E. - 28 países	Zonna Euro - 19 países	Portugal
2010	30,8	34,6	67,3	69,2	65,4	32,7	22,8	22,7	13,9
2011	29,7	33,3	64,2	70,3	66,7	35,8	23,7	23,5	15,5
2012	28,8	32,5	61,6	71,2	67,5	38,4	24,6	24,2	16,7
2013	27,9	31,4	59,4	72,1	68,6	40,6	25,4	25,0	17,6
2014	27,5	30,8	56,3	72,5	69,2	43,7	26,0	25,3	19,7
2015	26,9	30,3	54,4	73,1	69,7	45,6	26,7	25,9	20,7
2016	26,5	29,8	52,9	73,5	70,2	47,1	27,3	26,5	21,5
2017	26,0	29,3	51,7	74,0	70,7	48,3	27,9	27,1	21,7
2018	25,5	28,7	49,8	74,5	71,3	50,2	28,7	27,9	22,5
2019	24,9	28,0	47,6	75,1	72,0	52,4	29,5	28,7	23,8

FONTE: Eurostat

Através da leitura do quadro, verificamos que, em 2019, 47,6 % da população em Portugal tinha apenas o Ensino Básico, quando a média na UE era de 24,9 %, ou seja, cerca de metade.

Apesar da baixa escolaridade ser dominante, a despesa pública em Educação, medida em percentagem do PIB, tem diminuído de uma forma constante na última década, como se pode verificar também pelo quadro seguinte:

## Quadro 2. Despesa Pública investida em Educação - 2010-2020



Fonte: Inquérito ao Emprego 2011-2019 - INE

A análise do quadro permite perceber que sucessivos governos reduziram, em 10 anos, a despesa na Educação, passando-se de 5,3% do PIB para apenas 4,2 %, o que corresponde ainda, segundo E. Rosa, a um corte de 2300 milhões de euros de investimento no setor da Educação.

Os dados já conhecidos (INE) também nos dizem que, por exemplo, dos 135.000 empregos destruídos em resultado da crise pandémica no 2.º trimestre de 2020, 97,7% (132.000) eram ocupados por trabalhadores com o Ensino Básico ou menos,

o que demonstra a vulnerabilidade que as baixas taxas de escolaridade apresentam no enfrentar de qualquer crise.

Interessante é, também, a análise dos dois quadros seguintes, onde se demonstra claramente que, entre 2011 e 2019 (Quadro 3), fruto do desinvestimento na educação, nomeadamente nos setores do Pré-Escolar, do Ensino Básico e Ensino Secundário, houve uma redução significativa do número de professores, totalizando neste período uma redução de 15.020 docentes em todos estes setores de ensino.

No Quadro 4 verifica-se claramente uma diminuição das despesas de funcionamento e com o pessoal, redução que atingiu, na rubrica de funcionamento, um corte de 33% (menos 2.211 milhões de euros) e com pessoal, menos 18,5%, o que se traduz numa redução de 974,6 milhões de euros.



Fotos: Designed by Freepik

## Quadro 3. Redução do número de professores entre 2011-2019

SUBSECTORES	CARGO / CARREIRA / GRUPO	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2011-2015	2015-2019	2011-2019
		31 dez	31 dez	31 dez	31 dez	31 dez	31 dez	31 dez	31 dez	31 dez	31 dez	2015	2019
ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS	<b>Total</b>	727 785	699 901	674 927	656 376	659 144	664 168	669 321	683 217	698 522	-68 641	39 378	-29 263
	Docente ensino universitário	13 997	13 851	13 871	13 708	13 977	14 338	14 686	14 949	15 241	-20	1 264	1 244
	Docente ensino superior politécnico	9 694	9 371	8 946	8 895	8 870	9 339	9 724	10 120	10 470	-824	1 600	776
	Educ.infância e doc. ens. básico/secund.	151 170	137 539	129 411	128 084	129 169	132 293	134 046	134 368	136 150	-22 001	6 981	-15 020
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	<b>Total</b>	551 379	529 698	509 554	497 146	502 502	506 853	509 875	516 108	527 766	-48 877	25 264	-23 613
	Pessoal de investigação científica	1 815	1 728	1 600	1 362	1 347	1 385	1 490	1 678	3 438	-468	2 091	1 623
	Docente ensino universitário	13 997	13 851	13 871	13 708	13 977	14 338	14 686	14 949	15 241	-20	1 264	1 244
	Docente ensino superior politécnico	9 694	9 371	8 946	8 895	8 870	9 339	9 724	10 120	10 470	-824	1 600	776
	Educ.infância e doc. ens. básico/secund.	138 119	124 773	117 124	115 945	117 228	120 290	122 101	122 582	124 445	-20 891	7 217	-13 674

FONTE: Relatórios do Orçamento de Estado 2010-2020.

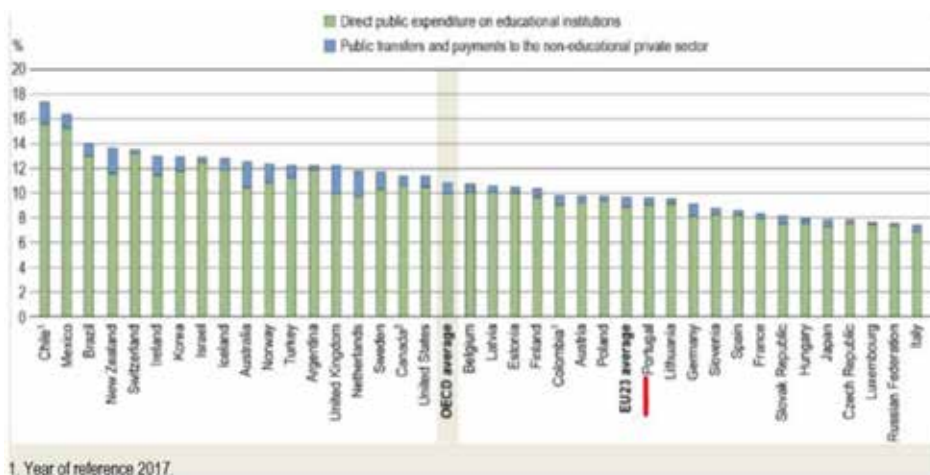
## Quadro 4. Evolução das despesas de funcionamento

ANOS	Ensino Básico e Secundário		PIB Preços mercado Milhões €	EM % DO PIB	
	Funcionamento sentido restrito Milhões €	Despesas com Pessoal Milhões €		Despesas de funcionamento	Despesa com Pessoal
2010	6 705,5	5 262,0	179 611	3,7%	2,9%
2011	5 146,1	4 787,0	176 096	2,9%	2,7%
2012	4 498,1	nd	168 296	2,7%	
2013	6 038,1	5 654,1	170 492	3,5%	3,3%
2014	4 783,2	3 797,0	173 054	2,8%	2,2%
2015	4 545,9	3 947,5	179 713	2,5%	2,2%
2016	4 346,6	4 086,3	186 490	2,3%	2,2%
2017	4 915,4	4 274,3	195 947	2,5%	2,2%
2018	4 914,1	4 407,5	204 305	2,4%	2,2%
2019	5 247,0	4 607,3	212 319	2,5%	2,2%
2020	4 978,6	4 749,2	219 384	2,3%	2,2%
2010/2020 - a preços correntes	-25,8%	-9,7%	22,1%	-39,2%	-26,1%
2020_a preços de 2010 -M€	4 494,5	4 287,4	198 053		
2010/2020- a preços de 2010 - Var. em %	-33,0%	-18,5%	10,3%		

Fonte: Relatórios do Orçamento do Estado - 2010-2020

Os dados divulgados pela OCDE também desmentem o discurso oficial pois a despesa com a educação em Portugal, em percentagem da despesa pública, quando comparada com os países da OCDE é inferior à média.

## Quadro 1. Despesa em Portugal do OE com a Educação em percentagem da despesa total do Estado. (pré-escolar, básico e secundário)



Os dados são claros, o nível de suborçamentação na Educação é elevado e as consequências são visíveis, com reflexos diretos no funcionamento das escolas e nos seus profissionais, nomeadamente o tempo de serviço cumprido e não contado, envelhecimento do corpo docente, precariedade, e os abusos e as irregularidades nos horários de trabalho.

Inverter esta tendência é prioritário, o reforço do financiamento deve ser uma prioridade, reclamar que as verbas previstas no Orçamento de Estado para a Educação correspondam a 6% do PIB, é fundamental.

Investir na Educação e respeitar os seus profissionais é uma exigência nossa e não podemos permitir que estes cortes cegos provoquem retrocessos e desumanizem o papel da Escola Pública. ■



# Aproximem-se dos sindicatos, sindicalizem-se, façam propostas e participem nas ações desenvolvidas



Foto: SPGL

A precariedade como um elemento fulcral que afeta a vida dos professores, enquanto profissionais e enquanto classe. A difícil situação ano a ano vivida pelos docentes contratados. A denúncia das medidas que contribuem para o arrastar desta situação, de par de propostas de medidas que poderiam ser implementadas para combater a precariedade. Estes alguns itens fundamentais num texto que – sob a forma de questões/respostas – faz uma oportuna análise da precariedade docente em Portugal.

**João Pereira**

Coordenador da comissão de professores e educadores contratados e desempregados do SPGL

### Assistimos recentemente a mais um Concurso Externo. O que se destaca deste concurso?

Destaco a publicação das listas de Contratação Inicial no decorrer da primeira quinzena do mês de agosto (14 de agosto). A colocação de professores mais cedo é uma das reivindicações dos professores contratados e das estruturas sindicais que os representam. A data da publicação das listas de colocação este ano, e do ano anterior, é a prova que é possível antecipar a publicação das listas, o que permite aos professores prepararem de forma antecipada o seu novo ano letivo. Analisando os números do Concurso Externo verificamos que foram opositores ao concurso 35 880 professores e educadores. Destes, 872 conseguiram a vinculação em Quadro de Zona Pedagógica (QZP) do Ministério da Educação (ME). Uma percentagem de 2,43%. Para percebermos a dificuldade que existe em entrar em QZP basta verificar que a média de anos de serviço dos professores que vincularam cifrou-se nos 16 anos e uma média de idade de 45 anos. Tirando algumas exceções, a maioria dos professores necessita de muitos anos de serviço para vincular e, quando o consegue, encontra-se na faixa etária acima dos 40 anos. É fruto de anos de desinvestimento na profissão e na opção dos sucessivos governos em manter os professores contratados em contratos precários de baixo custo. É uma forma de suprir as necessidades do sistema recorrendo a mão-de-obra altamente qualificada e remunerada a baixo custo. Sejamos claros, um docente contratado realiza um trabalho em tudo idêntico aos restantes docentes, mas a sua remuneração mensal é substancialmente inferior. Isso vai contra o princípio de trabalho igual salário igual.

### O governo PS afirma que vinculou cerca de 9000 professores nestes últimos anos.

É um número considerável. No entanto verificamos que não é suficiente para suprir as necessidades nem para resolver a precariedade. Analisando os números da Contratação Inicial, verificamos que 3687 docentes viram o seu contrato renovado, 3950 docentes foram colocados em horário completo e 3510 docentes em horário incompleto. Estamos a falar de horários anuais. Um total de 11147 horários, dos quais 7637 em horário completo. Na lei Geral do Trabalho está explanado que a duração do contrato a termo certo não pode exceder os três anos, mas na Educação verificamos que, dos 33 mil docentes que foram opositores à Contratação Inicial, quase 24 mil têm mais de 3 anos de serviço, 11 mil têm mais de 10 anos e mais de 1700 têm mais de 20 anos de serviço. São docentes que já deveriam pertencer aos quadros do ME se o Estado fosse obrigado a cumprir o que obriga aos privados. A forma como o Governo transpôs a diretiva europeia permite que o ME continue a abusar da contratação a termo. Em 2014 o ME do Governo PSD estabeleceu que o limite máximo de duração do contrato a termo resolutivo não podia exceder os cinco anos ou as quatro renovações em horário anual, completo e no mesmo grupo de recrutamento, a denominada “norma-travão”. Esta norma deveria ter como objetivo a limitação do uso dos contratos a termo mas, na prática, o que acontece é que um professor contratado pode, num limite máximo, nunca conseguir cumprir todos os critérios exigidos e permanecer durante toda a sua vida profissional como professor contratado. Isso mesmo foi referido pelo gabinete do Provedor da Justiça num ofício enviado à Secretária de Estado Adjunta e da Educação em 2016. Apesar das alterações efetuadas na dita “norma-travão”, desde 2014 até à data verificamos que a norma não só não foi eficaz nos seus objetivos como trouxe novas injustiças, ao permitir que professores com menor graduação

conseguissem vincular enquanto outros com uma graduação muito superior continuem com contratos a termo. Isto não quer dizer que quem vinculou pela norma não o devesse ter feito, pelo contrário, mas os docentes com uma graduação muito superior também deviam ter vinculado. É difícil aceitar que um professor com 20 anos de serviço não consiga vincular, enquanto vê um colega com três anos de serviço a conseguir. Desde a implementação da “norma-travão” em 2014 até à data conseguiram vincular, através desta, 4663 docentes. O número de vinculações nos dois Concursos de Integração Extraordinária ocorridos em 2017 e 2018 foi superior a esse número. É por isso que os docentes têm de continuar a reivindicar alterações à denominada “norma-travão” e continuar a exigir um mecanismo de vinculação mais dinâmico que consiga aproximar a vinculação dos docentes ao que está explanado no Código de Trabalho.

### É frequente ouvir-se que a classe docente está envelhecida e que é necessário um rejuvenescimento da classe e que há falta de professores.

Foqemo-nos primeiro nos números do Concurso Externo e Contratação Inicial de 2020. Dos 35880 docentes opositores ao Concurso Externo mantiveram-se para a Contratação Inicial 32811 docentes. Destes últimos, 11147 obtiveram colocação ficando a concurso 21664 docentes. No geral é um número considerável. No entanto precisamos analisar outros fatores. Em alguns grupos de recrutamento o número de docentes a concurso é baixo, por exemplo, nos grupos 350 – Espanhol, 420 – Geografia e 550 – Informática o número de docentes dificilmente será suficiente para suprir as necessidades que poderão surgir. Depois precisamos perceber que os docentes contratados não estão a concorrer da mesma forma que há uns anos atrás. As alterações efetuadas nos últimos anos como, por exemplo, a dos dias de trabalho declarados para a Segurança Social; o elevado custo de vida em algumas zonas do país, o próprio envelhecimento dos do-

centes contratados, aliada à necessidade de estabilidade na vida familiar acaba por condicionar, e limitar, as opções tomadas aquando do concurso. Estes fatores levam a que em determinadas zonas e em determinados grupos de recrutamento seja mais difícil a substituição dos docentes.

Em relação ao envelhecimento da classe, os últimos dados conhecidos demonstram que a classe docente está envelhecida, o número de docentes com cinquenta ou mais anos de idade ultrapassa os 50% enquanto a percentagem de docentes com menos de trinta e cinco anos não chega a 2%. A situação é preocupante e requer medidas que alterem e resolvam o problema. Ao analisar o número de docentes que se mantiveram em concurso para a Contratação Inicial verificamos que apenas 2157 docentes têm menos de trinta anos de idade. Isto demonstra que o número de docentes que se formou nos últimos dez anos e/ou se manteve a concorrer é baixo. Estes números, aliados à baixa procura dos jovens portugueses por Cursos de Ensino Superior que habilitam à docência, deviam ser suficientes para exigir mudanças.

São urgentes medidas que conduzam a uma valorização da carreira docente e que combatam eficazmente a precarização instalada há muitos anos entre os professores contratados. No discurso dos partidos que têm governado o país nos últimos anos são frequentes as mensagens de necessidade de combate à precariedade. É certo que o número de vinculações dos últimos anos é substancial, no entanto a realidade demonstra que muitas das medidas tomadas vão no sentido contrário. Destaco duas: a exclusão dos docentes do PREVPAP e a alteração efetuada na fórmula dos dias de trabalho declarados à Segurança Social. Em 2017 o Governo PS lançou o PREVPAP, o Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública, em que os trabalhadores da Administração Central e do Setor Empresarial do Estado podiam regularizar o seu vínculo laboral com o Estado. Os docentes ficaram impedidos de concorrer ao programa com a justificação que estava a decorrer na mesma altura um Concurso de Integração Extraordinário

para os docentes. Um concurso para o qual o ME exigiu 4380 dias de serviço entre outros critérios, o que excluiu à partida 30 mil docentes de concorrer e para o qual apenas abriu 2820 vagas. Em 2018 uma nota informativa do IGEFE procedeu a alterações na fórmula de cálculo dos dias de trabalho declarados à Segurança Social, considerando os docentes contratados com um horário incompleto como professores a tempo parcial. Com a publicação dessa Nota Informativa ficou estabelecido que um docente com um horário de trabalho com 16 ou mais horas semanais vê declarados à Segurança Social 30 dias de trabalho mas, se tiver um horário de 15 horas de componente letiva, vê declarados 21 dias. Esta alteração afeta a obtenção de determinados apoios sociais, terá influência na aposentação e levou a que muitos docentes deixassem de concorrer a horários inferiores.

### Que medidas podiam ser implementadas para combater a precariedade?

A FENPROF e os sindicatos que integram a Federação têm proposto inúmeras medidas de combate à precariedade e têm demonstrado toda a disponibilidade em dialogar e negociar com o ME. Da parte do ME tal não tem acontecido. Das propostas destaco a revisão do Regime Legal dos Concursos; a realização de Concursos de Integração Extraordinários sucessivos, de forma a vincular progressivamente os docentes que tenham dez e cinco anos de serviço; a contabilização de 30 dias de trabalho mensal declarados para a Segurança Social, independentemente do número de horas do horário e a regularização dos vínculos laborais dos docentes/técnicos ao serviço das Atividades de Enriquecimento Curricular. Pegando no Regime dos Concursos poderíamos proceder a inúmeras alterações conducentes a uma maior estabilidade profissional e do próprio sistema de ensino, tais como: redução da área geográfica dos atuais QZP, medida inclusivamente presente no programa eleitoral do Partido Socialista; revisão da denominada “norma-travão” igualando as condições exigidas ao explanado no Código

de Trabalho e a abertura de vagas em Agrupamentos de Escolas/Escolas não Agrupadas de acordo com as necessidades permanentes. Esta abertura de vagas é fundamental para a estabilidade do corpo docente e dos próprios agrupamentos. Este ano, entre colocações de professores contratados e colocações por Mobilidade Interna, houve 13156 colocações maioritariamente em necessidades permanentes. É um número alto que demonstra que os quadros das escolas estão sub-dimensionados. Um horário que seja pedido ano após ano, mesmo que incompleto, representa uma necessidade permanente do Agrupamento e, como tal, tem de corresponder a uma vaga de quadro. Outra alteração necessária prende-se com os atuais intervalos de horários a concurso. Atualmente um professor contratado, manifestando preferências para as fases de Contratação Inicial e Reservas de Recrutamento, pode concorrer a três intervalos: horários completos (22/25 horas); 15 a 21 horas e 8 a 14 horas. A enorme diferença entre os intervalos e a alteração efetuada na fórmula dos dias de trabalho declarados para a Segurança Social justificam a alteração. Na minha opinião, e realço que é apenas a minha opinião, deveriam existir apenas dois tipos de horários, horário completo e horário incompleto. Seriam considerados e remunerados como horário completo todas as necessidades a partir das 12 horas semanais e horários incompletos até às 11 horas semanais. Se queremos atrair jovens para a profissão, se queremos manter os docentes que concorrem atualmente e fazer regressar os que abandonaram, temos de ter a capacidade em oferecer horários que permitam alguma estabilidade. Não o conseguimos fazer com horários como os que são agora disponibilizados. Os docentes ganhavam outra estabilidade e as Escolas ganhavam crédito horário para ser utilizado em atividades de acompanhamento de alunos tais como Tutorias, Apoios, Coadjuvações e Clubes. Medidas tais como: aumento da duração mínima do contrato; permanência no horário até 31 de agosto após 31 de maio; arrendamento acessível e incentivos fiscais para despesas com alojamento; reinscrição na Caixa Geral de Aposentações e um novo momento



de concurso a decorrer no fim do primeiro período para permitir a alteração de preferências, seriam outras medidas positivas para aumentar a estabilidade, atrair jovens para a docência e valorizar a profissão.

**Apesar de várias propostas apresentadas pela FENPROF ao ME o rumo que este parece querer tomar é diferente.**

Infelizmente para os docentes, e para o próprio sistema de ensino, o ME ainda não aceitou e implementou muitas das propostas. Este perpetuar dos níveis de precariedade é a consequência das suas posições. Precisamos ainda de estar atentos a alguns indicadores externos. Existe dentro de alguns partidos políticos a vontade em alterar o modelo de seleção e recrutamento dos docentes, baseado atualmente na graduação profissional, descentralizando-o de forma a permitir uma seleção de candidatos adequados a um perfil desejado, aproximando-o de um modelo semelhante à Bolsa de Contratação de Escola em que o professor deixa de escolher a escola e passa a ser a escola a escolher o professor. Esta vontade, aliada à Municipalização e à gestão flexível do currículo, pode levar a que um grande número de contratações seja controlado pelos municípios abrindo portas à contratação de técnicos especializados em vez de docentes e à entrega dessas contratações a empresas como por exemplo a “Teach for Portugal”, que já está implementada em vários agrupamentos no norte do país. Este cenário levaria ao aumento da precarização, à diminuição da remuneração como acontece com os técnicos contratados para as Atividades de Enriquecimento Curricular e também a uma diminuição da qualidade do ensino. Em 2019 o Conselho Nacional de Educação publicou um estudo sobre o regime de seleção e recrutamento do pessoal docente onde apresenta, como dois dos cenários possíveis para a alteração do modelo de seleção de candidatos existente, a transferência dessas competências para os Agrupamentos e Municípios. Mais, no documento “Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica e Social de

Portugal 2020 -2030” apresentado este ano de 2020, está bem exposto que os modos de acesso à carreira pelos novos docentes deveriam ser revistos, e que a formação inicial devia ser reformada tornando-se de duração mais curta para ter efeitos no processo de rejuvenescimento. Isto tem de nos deixar apreensivos, preocupados e alerta.

**O ME enviou uma nota à comunicação social a informar que a partir do ano letivo de 2021/22 a colocação de professores através de Mobilidade Interna será em horários completos. Esta decisão pode afetar os docentes contratados?**

Se essa medida for tomada haverá repercussões muito negativas e representará um retrocesso. No ano letivo de 2017/18 o ME procedeu dessa forma e foi obrigado, pela Assembleia da República, a realizar um Concurso Interno Extraordinário no ano seguinte. O ME justifica agora esta decisão com base num acórdão do Tribunal Central Administrativo do Sul, onde se refere que a deliberação resulta da necessidade de se realizar uma gestão de recursos humanos e dinheiros públicos mais adequada. Ou seja, a decisão não se baseia numa suposta ilegalidade da colocação de docentes em horários incompletos mas devido a questões económicas. Legalmente os docentes concorrem a Mobilidade Interna e podem ser colocados em horários completos ou incompletos em resultado das suas opções e necessidades dos Agrupamentos/Escolas não Agrupadas. A manutenção da colocação no ano letivo seguinte está dependente da continuidade da necessidade que, ao subsistir, pode indicar uma necessidade permanente. O que a experiência de 2017 nos demonstra é que, na maioria dos casos, a necessidade foi ocupada por um professor do quadro e que, em muitas situações, os professores com melhor graduação acabaram por ser colocados nas suas últimas opções, ou mesmo em QZP de provimento, vendo depois docentes com menor graduação a ocupar os lugares por eles desejados. Contrariamente ao que acontece a um docente

contratado numa colocação, a um docente em Mobilidade Interna será sempre atribuído um horário de 35 horas semanais independentemente do número de horas de componente letiva. A maioria das vezes é essa colocação de docentes de quadro em horários incompletos que permite aos agrupamentos o desenvolvimento de várias atividades. A medida, ao ser tomada, vai levar a que muitos agrupamentos/escolas não agrupadas fiquem impossibilitadas de desenvolver inúmeros projetos prejudicando dessa forma os alunos; muitos docentes de quadro serão colocados longe do local de residência, o que trará graves consequências a nível familiar e profissional; e os docentes contratados verão o número de horários completos diminuir, em especial em algumas zonas do país, o que será nefasto tendo em conta as atuais condições para ser abrangido pela denominada “norma-travão”.

**Que mensagem se pode enviar aos docentes contratados?**

Necessitamos que os professores contratados se aproximem mais dos sindicatos. Ninguém melhor do que eles conhece a realidade de se ser professor contratado em Portugal. Os sindicatos que integram a FENPROF têm Comissões de Professores Contratados que se encontram sempre disponíveis e recetivos a receber novos elementos com novas ideias, opiniões e reivindicações. A direção do SPGL tem dado todo o apoio à atual comissão que vai fazendo os possíveis com os elementos que tem. Por vezes não conseguimos mais porque falta o apoio e a presença dos próprios professores contratados. Por isso deixo o apelo aos professores contratados: aproximem-se dos sindicatos, sindicalizem-se, façam propostas e participem nas ações desenvolvidas. Se queremos que os professores contratados tenham voz dentro do sindicato, temos de estar no sindicato. Da minha parte, como professor contratado e enquanto coordenador da comissão de professores e educadores contratados e desempregados, estarei sempre disponível para receber, ouvir e ajudar os professores. ■

# Notícias da leprosaria

Maria José Nunes | Paula Antas  
Educadoras de Infância (Centro de Bem Estar Infantil - Vila Franca de XIRA)

**A História não se repete, mas tem, muitas vezes, padrões que, pela sua verosimilhança, tendem, quando comparados, a parecer semelhantes. Assim, e porque, de tempos a tempos, há epidemias e pandemias, além das vítimas e contágios a lamentar, há oportunistas da História (por vezes, também, da falta de memória) e outras vítimas que são afetadas, não pelos vírus, mas por aqueles que se valem dos dramas quotidianos para exercerem o seu domínio, a sua opressão e manipulação sistémicas.**

**E**sta pandemia do início do século XXI, o “Coronavírus”, parece ter dado origem a uma subespécie, o “Patronavírus”, em que, no nosso caso concreto, os docentes são as “vítimas”. E, se não são acossados à paulada, ou obrigados a tocar uma sineta gritando “leproso... leproso...”, os docentes são ostracizados e postos numa margem tal, que o egoísmo social, político e económico parece nem querer vislumbrar.

No caso da instituição em que prestamos o nosso serviço pedagógico, se a circunstância já não estava bem (desrespeito pelos direitos dos trabalhadores, processos disciplinares arbitrários, assédio moral, atrasos nos salários, etc.), mesmo antes da Pandemia, hoje está bem pior.

Como em outros locais, o pessoal docente, por via de uma suposta “empresarização” da IPSS, foi para *lay-off*



Fotos: Designed by Kipargeter / Freepik

abusivo. Muitos continuam a “usufruir” da medida que prolonga o *lay-off* e que (não é difícil adivinhar as “cenas dos próximos capítulos”) pode vir a significar futuros despedimentos. E - note-se! - algum do pessoal docente estava em “teletrabalho”, sendo que, ao fim de um mês, foi informado que estava em *lay-off* retroativo (... o patronato é juridicamente muito imaginativo!). Isto para não dizer que, para justificar a adesão ao *lay-off*, houve a promoção encapotada de uma “campanha de desistência” das crianças, não descontando mensalidades aos pais, aplicando muitas mirabolantes e sem critério e, em “caso de dúvida”, acompanhando as comunicações para os encarregados de educação com o impresso de desistência.

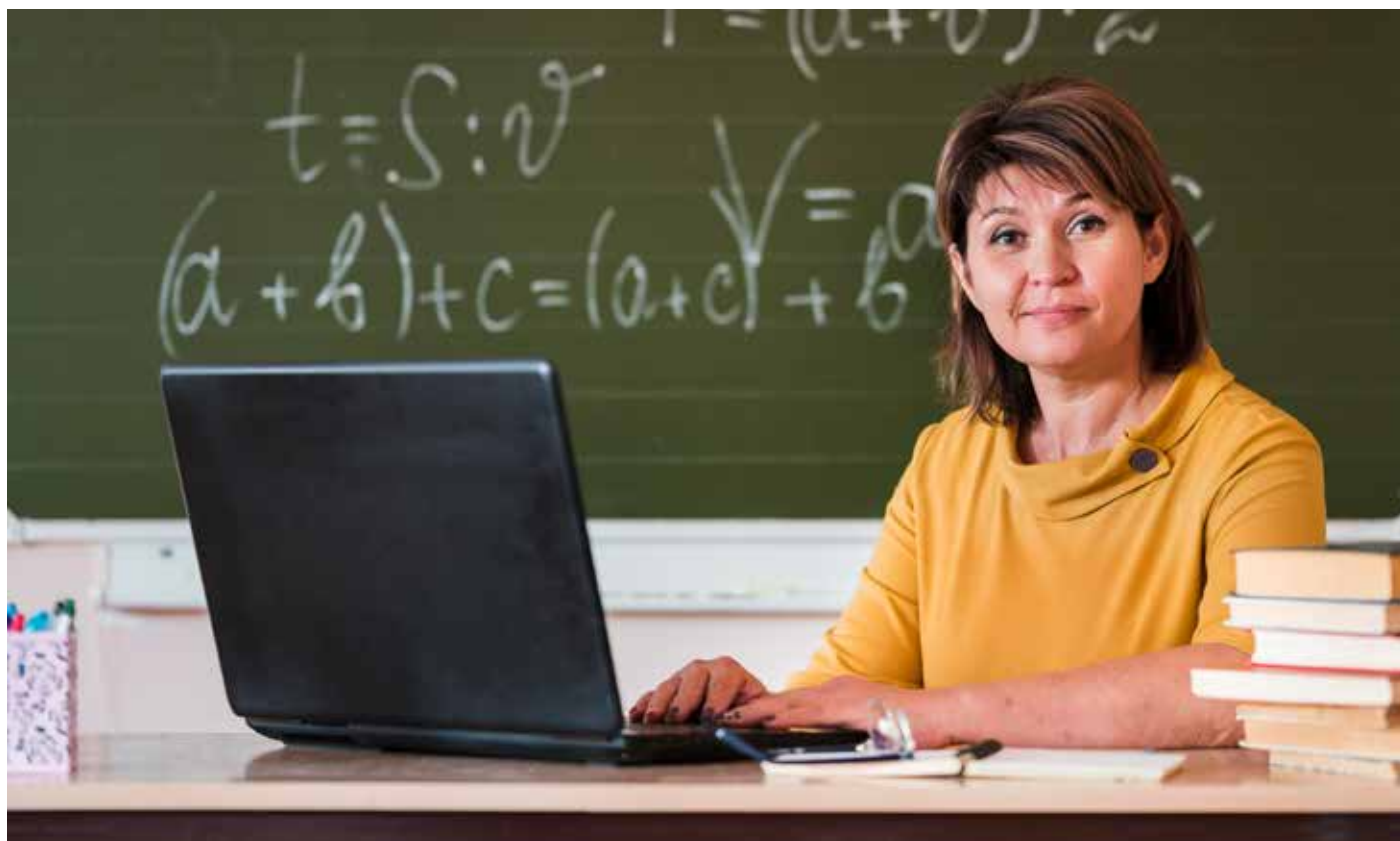
Nesta ânsia destrutiva de apagar o alvo destes postos de trabalho, os docentes que se mantinham firmes no percurso de não resignação e de luta, mal vistos pela entidade patronal como “seres em permanente contestação”, tornaram-se ainda mais alvos a abater.

No regresso tardio, porque a Administração usou de calendário próprio, a entidade patronal, a seu bel-prazer, recriou os grupos, arbitrariamente,

sem indicação de critério pedagógico de agregação ou atribuição, sendo que, dos vários docentes, os não-sindicalizados foram beneficiados e, dos sindicalizados, apenas foram atribuídos grupos a três pessoas, ficando os remanescentes docentes sindicalizados (incluindo, “obviamente”, delegada e dirigente sindical), sem grupos, com redução de horário, usando da medida que prolongou o *lay-off*, que nem se poderia aplicar aos próprios (para presente acrescido, há ainda a salientar que a entidade patronal continua com o subsídio de férias por pagar).

A Pandemia, a DGS, as “normas sanitárias” são belas desculpas para procurar afastar os que lutam pelos trabalhadores e pelos que defendem a classe docente, potenciando antagonismos com os trabalhadores docentes, que continuam a experienciar pressões de várias ordens, assédio moral e uma brutal exclusão social e profissional, que Ministérios, Segurança Social e Autarquias fingem não ver porque talvez o uso de máscara lhes tenha embaciado os óculos.

Não baixamos os braços, mas a situação continua a ser a de uma “Gafaria”, em que somos os leprosos do momento.■



Fotos: Designed by Freepik

# Professores atualizam-se .... mas não mudam

Hugo Wever | Lídia Carvalho  
Dirigente | Professora

**F**icou provado, para quem quis ver, que os professores se atualizam e se adequam. Sempre o fizeram... e no entanto: não mudam.

Ensinam, trabalham, criam; também educam; também denunciam; também cuidam; também olham por e querem bem; também aconselham e orientam; também medeiam; ...

São máquinas de encantar crianças, adolescentes e até adultos, mas vivem em contexto difícil, agora ainda mais perigoso, sem reconhecimento efetivo nem afetivo; sem reposição pelos percalços, pela dedicação, pelo que abdicaram; pelo desgaste que foi sempre em crescendo ao longo da carreira. Olhamos a população ativa deste país e

depois para o espelho: Estamos na mesma quando fomos professores de quem agora está no ativo, apenas mais cansados, mais débeis, mais desencantados, mais doentes.

Estamos aqui à espera da esmola de um lugar na cota.

Já gastámos a outra esmola dos 2 anos e 9 meses em troca de uma cautela que nada adiantou.

É verdade: **os professores não mudam!** Muitos professores não mudam do 4.º escalão; não mudam do 6.º escalão. Continuam a não progredir apesar de todo o Sistema Educativo, de alto a baixo, depender dos professores.

Este ano talvez não alcance outra vez o “Excelente” ou o “Muito Bom”. Ficarei certamente mais um ano à espera.

Sempre fui melhor a ensinar que a concordar.

Presumo que se sempre concordasse talvez “passasse”. Mas não, não concordo

sempre e ensino a seguirem-me o exemplo.

...e também **não concordo com estas limitações artificiais** que são colocadas a impedir os professores de obter algum “desafogamento”, alguma dignidade merecida.

Carreira para quê?

- Sofres das costas, dos pés, dos olhos, de má audição, da garganta, de obesidade, da tiroide, de stresse, de depressão, hipertensão, doença prolongada, de pobreza?

Alguns trabalham até cair e aí deixam de ser peso para a Segurança Social.

**A bela reforma chegará para os que conseguirem sobreviver ao trabalho.**

Até lá vamos aproveitando os momentos de Democracia. Vou ensinar aos meus alunos que não percam a vez nesta Democracia.

É mesmo assim: Atualizo-me, mas **não mudo**.■

# Emergência Climática: Como juntar forças para uma transição justa?



• Sofia Vilarigues e Lígia Calapez

**“Emergência Climática: Como Juntar Forças Para Uma Transição Justa?”** foi o tema de um debate realizado há mais de 2 meses. Porquê lembrá-lo agora? Porque em causa estão questões de fundo, questões que ultrapassam largamente – pela sua dimensão, pelos seus reflexos no imediato e no futuro de todos nós e das gerações vindouras – o próprio impacto da crise pandémica atual. Porque em causa está – e para que a necessária transição seja justa - fazer convergir forças e esforços, ambientalistas e sindicalistas, pela transformação social, por “um novo contrato social e ambiental”. Aqui fica uma breve síntese do muito que foi dito. Com destaque para a intervenção de José Costa, presidente do SPGL.

No passado dia 2 de julho decorreu um debate *online* sobre “Emergência Climática: Como Juntar Forças Para Uma Transição Justa?”, organizado pelas associações Práxis e Zero, com um painel de oradores convidados de universidades, a abrir, e um painel de ativistas de organizações.

Para estas associações, “um novo contrato social e ambiental é preciso. É para isso indispensável a convergência e integração da questão social e da questão ambiental, a junção das forças e dos activismos destes dois mundos, do trabalho e da ecologia. Identificar os problemas e obstáculos e contribuir para a construção de um caminho e de uma agenda comum é o nosso objetivo”.

Francisco Ferreira, presidente da Zero, introduziu o debate como oportunidade para juntar dois mundos que não têm formado as pontes que seriam desejáveis, o mundo das organizações de ambiente e o mundo das organizações sindicais. Apresentou as alterações climáticas como um dos maiores desafios que a humanidade vai enfrentar ao longo deste século. Afirmou que há um conjunto de áreas relacionadas com o funcionamento da sociedade que estão em causa e assinalou três em particular: a produção de eletricidade, a aviação e o uso dos recursos. Considerou que o atual modelo não é viável e defendeu a construção de um desenvolvimento efetivamente sustentável.

Luísa Schmidt, investigadora do ICS - Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, apontou as tendências que vêm de trás, como a

financeirização da economia e a exploração ilimitada de recursos. Considerou que a crise é socioambiental e que temos de atuar e que não será mais do mesmo. Defendeu a necessidade de efetuar uma transição para modelos de economia mais inteligente, com redução da pobreza, uma transição que seja justa, também com descarbonização da energia e com trabalho digno, incentivando novas áreas, como a transição energética, os transportes (modernizar e construir novas linhas) e reconverter o turismo.

Paulo Pedroso, sociólogo do trabalho, definiu um consenso, o de descarbonizar a economia. Considerou que precisamos de construir um modelo social de maneira que não implique recessão e que sem reorientação fiscal poderosa não conseguiremos transição justa. Também afirmou que há que pensar como usar avanços tecnológicos em favor da descarbonização.

Ricardo Paes Mamede, economista e professor universitário, considerou essencial a aproximação entre o mundo dos movimentos ambientalistas e o mundo sindical. Apresentou como problemas o regime económico da concorrência de mercado, a lógica da acumulação, com pressão sobre os direitos laborais e sobre o ambiente. Afirmou que ambos os movimentos

são alvo de populismos de direita, como o negacionismo das alterações climáticas e o negacionismo das repercussões negativas sobre o trabalho da livre concorrência. Concluiu que o contexto atual torna mais fácil a união entre dois mundos e que há muitas oportunidades para empregos mais amigos do ambiente, e finalizou salientando a importância do diálogo. O painel de ativistas das organizações convidadas abriu com Alexandre Cortes, do SINDEL – Sindicato Nacional da Indústria e da Energia, que defendeu que o país tem alternativas renováveis e que o número de pessoas ligadas a centrais a carvão são centenas e muitas próximo da reforma. Abordou ainda o novo desafio do hidrogénio.

Joanaz de Melo, pelo GEOTA, apontou a necessidade de mudar de mentalidade, mudar de estilo de vida, que não podemos viver com tantas coisas. Considerou que a crise ambiental é crise social, quando há crises ambientais quem sofre mais são os mais pobres. Defendeu que o movimento ambiental e o sindical são aliados naturais, dando nomeadamente como exemplos a requalificação urbana, que gera mais empregos que as grandes barragens, e os transportes públicos, serviço público essencial.

João Camargo, da Climáximo, considerou as questões climáticas como questão social. Apontou a necessidade de Portugal cortar emissões na próxima década em 75% e afirmou que a campanha Empregos para o Clima permite cortes de 60% a 70% das emissões.

Mafalda Brilhante, dos Precários Inflexíveis, também abordou a campanha Empregos para o Clima. Apontou medidas como energia pública renovável, mais ferrovia, coisas feitas para durar, 32 horas semanais de trabalho e defender a floresta.

Pedro Santos, do Sindicato dos Jornalistas, abordou sobretudo experiências porque passou como jornalista. Falou sobre a exploração de gás em Aljubarrota e na Bajouca e sobre Vale do Tua, comentando a questão do tipo de investimentos que se fazem.

A encerrar Henrique Sousa, da Práxis, considerou que o debate valeu a pena

e que a crise ambiental não é separável da crise social. Afirmou que a transição pode ser justa ou pode ser brutal. Defendeu a necessidade de juntar os dois mundos e que precisamos de encontrar denominadores comuns. Concluiu considerando a importância de construir em Portugal uma plataforma de organizações do trabalho e da ecologia e cidadania.

### As escolas são espaços privilegiados para sensibilizar e educar para esta transição

Em 2015 o SPGL integrou – com diversas organizações, nomeadamente o SPN - a campanha Empregos para o Clima (<http://www.empregos-clima.pt/a-campanha/>).

“O mais visível de entre o que produzimos foi um manual, *Transição energética justa nas escolas* (<https://www.spgl.pt/transicao-energetica-justa-nas-escolas>) – que é um pequeno passo, mas é um passo”, sublinhou José Costa, presidente do SPGL. “Um manual reivindicativo para professores, sindicalistas, alunos e funcionários das escolas”.

A introdução do seu debate nas escolas, no início do ano, acabou protelada com o início da pandemia. “A ideia era, no início deste ano, começar a introduzir – também nas reuniões sindicais ou durante as reuniões sindicais – este manual. Entretanto o mundo fechou... e ficámos por aqui”.

As grandes questões que estão em causa nesta campanha não se tornaram, entretanto, menos urgentes. Talvez pelo contrário. Neste sentido, na sua intervenção, José Costa salientou as particulares responsabilidades (e potencialidades) que, nesta área, quer a escola, quer o movimento sindical, detêm.

“O movimento sindical pode e deve ter aqui um papel fundamental. Até porque defender o ambiente é também defender os trabalhadores e os seus direitos” – frisou o presidente do SPGL. “As escolas e os professores, as comunidades educativas, são espaços privilegiados para formação e sensibilização das questões ambientais. Aliás os jovens têm-nos dado grandes exemplos de mobilização e da perce-

ção de que temos mesmo de fazer algo e mudar práticas. Mudanças que têm de ser estruturadas”.

Relativamente ao movimento sindical, José Costa destacou ainda que “o movimento sindical é também promotor – ou essencialmente promotor – de transformação social. E por transformação social entendo eu [a criação de] sociedades sustentáveis. E estamos a falar também aqui da proteção dos trabalhadores, das famílias e das comunidades”.

Sublinhando uma vez mais que as escolas são espaços privilegiados para “sensibilizar e educar para esta transição”, José Costa reportou-se ao manual reivindicativo elaborado com o SPGL. “A reflexão que fizemos propôs, em linhas gerais, criar planos de intervenção em várias vertentes: realizar um levantamento sobre os consumos energéticos, no sentido de melhorar os aproveitamentos; detetar consumos desnecessários; investir em energias renováveis (por exemplo – painéis solares, que, penso, ainda são raros nas escolas, ou quando existem são da iniciativa de alunos e professores); investir na eficiência dos edifícios; reforçar o consumo de produtos menos processados, recorrendo a alimentos locais (nalgumas escolas há hortas pedagógicas, ainda que não para consumo mas para aprendizagem)”.

Já no debate, José Costa citou Al Gore e o seu livro *A terra à procura de equilíbrio* - “Compreendendo que o mundo não pertence a nenhum país nem a nenhuma geração (...) dedicamo-nos a pôr em prática ações ousadas para acarinhar e fortalecer o ambiente do nosso lar planetário” - para concluir: “Nós temos que dizer isto nas escolas”.

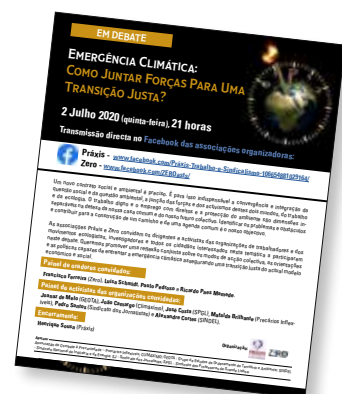




Foto: Amnistia Internacional

# Educação para a Cidadania: Mais conteúdos, mais formação para todos

• Luísa Marques  
Amnistia Internacional Portugal

**Sendo os direitos humanos um dos domínios da Educação para a Cidadania, a Amnistia Internacional quis dar o seu contributo para apoiar todos os profissionais de educação que pretendam promover atividades sobre este tema. Assim, em julho deste ano, lançámos uma coleção de manuais e um [site](#) que reforça a oferta de conteúdos nesta área.**

Os manuais, disponíveis gratuitamente através de *download*, destinam-se a docentes, sobretudo, do 3.º ciclo e dos ensinos secundário e profissional, educadores de outros contextos, inclusivamente não formais, bem como a estudantes de escolas superiores de educação, universidades e politécnicos. Mas também a profissionais ligados ao trabalho social, líderes comunitários, animadores e dinamizadores, e a todas as pessoas que pretendam promover atividades sobre direitos humanos e cidadania.

As versões impressas de alguns manuais podem ser requisitadas pelas escolas ou instituições através de formulário disponível no mesmo [site](#). Entre os títulos disponíveis destacam-se: “Manual de facilitação em Educação para os Direitos Humanos”, “Celebrar a coragem dos defensores dos direitos humanos”, “Eu Acolho – direitos humanos das pessoas refugiadas”, “O meu corpo os meus direitos” e “Pobreza e direitos humanos”. Os manuais incluem, em geral, a definição dos principais conceitos do tema, um enquadramento do mesmo nas questões de



direitos humanos e exercícios ou dicas para serem levados para o contexto de sala de aula ou para outros espaços educativos.

A complementar esta oferta, o [site](#) oferece outros materiais educativos, edições anteriores de publicações e vídeos, desde conteúdos adaptados à realidade no nosso país até conteúdos com um olhar mais global. Também a nossa [oferta de formação](#) se destina a todas as pessoas que querem aprender mais para promover e proteger os direitos humanos, seja no seu âmbito profissional ou em outras dimensões da sua vida. De entre os

cursos disponíveis destacamos “*Educar para os Direitos Humanos*”, com nova edição em novembro deste ano, que constitui um ponto de partida para educadores, docentes e outros profissionais compreenderem melhor os princípios da educação para os direitos humanos, bem como as suas implicações práticas.

“*A Amnistia Internacional Portugal desenvolve ações de educação e formação para os direitos humanos, há mais de duas décadas, com o objetivo de construir um mundo onde todos conhecem os seus direitos e sabem como usufruí-los. Neste*

*sentido, a coleção de manuais e a oferta formativa que temos vindo a desenvolver sublinham o nosso compromisso de fazer da educação a ferramenta mais poderosa para capacitar as pessoas*”, destacou o diretor-executivo da Amnistia Internacional Portugal, Pedro A. Neto. Esperamos desta forma contribuir para preparar os e as jovens para se tornarem membros ativos e comprometidos na sociedade e para que os direitos humanos estejam presentes na vida escolar.■



**Almerinda Bento**  
Dirigente do SPGL

# Cidadania e Desenvolvimento para que vos quero?

No início de mais um ano letivo, em Portugal, não pode faltar um vasto rol de falhas: atraso nas colocações, falta de professores, falta de assistentes operacionais e outros técnicos, atraso nas obras, falta de recursos materiais... Este ano de 2020, excepcional e atípico, começou com muitos receios da comunidade educativa pela impossibilidade das escolas quanto ao cumprimento das normas de segurança e higiene: distanciamento físico, falta de material de proteção, falta de recursos humanos nomeadamente funcionários para auxiliar e garantir a higienização e a organização necessárias na prevenção de contágios. A insegurança aumenta com o recrudescer dos casos diários e com a chegada do Outono. O ensino tem de se manter presencial e para isso é necessário investir na educação e em recursos humanos que permitam a não propagação do vírus.

Este ano acrescentou-se uma cereja ao topo deste bolo. Nos primeiros dias de Setembro, renasceram das cinzas uma centena de censores da disciplina de Educação para a Cidadania e Desenvolvimento, brandindo um documento contra a disciplina, dada “a gravidade daquilo que está a acontecer”. Era preciso um motivo e ele é conhecido por todos: dois irmãos de Vila Nova de Famalicão cujos pais, invocando

objeção de consciência, não os autorizaram durante dois anos a frequentar a disciplina (obrigatória), alegando que os tópicos abordados na disciplina são da responsabilidade educativa da família e não da escola.

De entre esses tópicos, ficou-se esclarecido, em entrevistas posteriores, que aquilo que os subscritores renegam tem a ver com as questões da educação para a saúde onde se inclui a prevenção da violência, os afetos, a educação para a sexualidade e a identidade de género. Os restantes tópicos não causam engulhos e esses já podem ser da alçada da escola.

Vai-se ao site do Ministério da Educação onde, na Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania a ser implementada em 2017/2018 e, para além das Linhas Orientadoras da Educação para a Cidadania (dec. Lei 139/2012), se encontram os documentos que sustentam esta disciplina. Desde logo a Constituição da República Portuguesa, a lei 93/2017, os documentos europeus e internacionais de referência de que destaco a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e os referenciais de educação que balizam os temas a tratar na disciplina. Não se trata de nada *ad-hoc*, mas sim, uma disciplina fundamental com a intenção de assegurar «um conjunto de direitos e deveres que devem ser veiculados na formação das crianças e jovens portugueses de

*modo que no futuro sejam adultos e adultas com uma conduta cívica que privilegie a igualdade nas relações interpessoais, a integração da diferença, o respeito pelos Direitos Humanos e a valorização de valores e conceitos de cidadania nacional»*. Prevenção da violência no namoro, respeito pelas diferenças, promoção da igualdade entre raparigas e rapazes, fim da discriminação racial, educação sexual são apenas alguns assuntos que tantas vezes são chamados à colação e para os quais, entre muitos outros, se fala do papel insubstituível da escola. Mas não para estes cidadãos preocupados com a “gravidade daquilo que está a acontecer”, segundo as palavras de Manuel Braga da Cruz, antigo reitor da Universidade Católica.

Neste caminhar da história em que o conflito entre a modernidade e o obscurantismo, os avanços e os recuos, o progresso e o atraso fazem parte da luta de classes e das ideias, é nos períodos de crise que esse choque se torna mais visível, audível e agressivo. Pessoas ocupando lugares de poder e privilégio em todo o mundo – presidentes, juizes, magistrados – usam o seu poder, a sua influência e a sua capacidade de usar os *media* ou outros canais e instrumentos de comunicação para negar o conhecimento, para mentir, para fazer tábua rasa da Ciência, usando as suas ideias pessoais erradas para as instituir como verda-

des absolutas e universais. Em Portugal, só a título de exemplo, lembramo-nos de acórdãos vergonhosos que usam a Bíblia para desculpar a violência sobre as mulheres e mais recentemente um professor de Direito Penal na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa que divide as pessoas em tribos, que compara o feminismo ao nazismo e que acaba de ser absolvido do crime de violência doméstica. Não esquecer que para ele – Francisco Manuel Fonseca de Aguiar - violência doméstica é disciplina doméstica! Daí que um ensino que releve o espírito crítico dos jovens ao longo de toda a sua escolaridade e que lhes dê instrumentos que lhes permitam fazer escolhas e tomar decisões informadas são as melhores ferramentas para uma cidadania de respeito pelos direitos humanos. Felizmente que, nesta luta de contrários, não só cidadãos responderam com um manifesto de apoio à disciplina de Cidadania e Desenvolvimento, como há uma posição do [Conselho Nacional da FENPROF](#): “[Numa escola democrática a preparação para a cidadania não pode ser uma mera opção](#)” e houve também sectores da Igreja Católica que se insurgiram contra o envolvimento de altas figuras da hierarquia no manifesto dos censores.■



Organização

Serviços

Protocolos

Cultura

Consultório Jurídico

Aos  
**SÓCIOS**

## Contacte-nos



SPGL  
SINDICATO DOS PROFESSORES  
DA GRANDE LISBOA

Sede Rua Fialho de Almeida, 3,  
1070-128 Lisboa  
•Tel: 213819100  
•Fax: 213819199  
•spgl@spgl.pt  
•Direção: spgl@spgl.pt  
•www.spgl.pt

**Serviço de Apoio a Sócios**  
•TEL: 21 381 9192  
•apoiosocios@spgl.pt

**Serviço de Contencioso**  
•TEL: 21 381 9127  
•contencioso@spgl.pt

**Serviços Médicos**  
•TEL: 21 381 9109  
•servmedicos@spgl.pt

**Serviços (seguros, viagens, etc.)**  
•TEL: 21 381 9100  
•servicos@spgl.pt

**Centro de Documentação**  
•TEL: 21 381 9119  
•fenprof@fenprof.pt

**Direção Regional de Lisboa**  
Rua Fialho de Almeida, 3 - 3º  
1070-128 Lisboa  
Tel: 213819100  
Fax: 213819199  
drlisboa@spgl.pt

**Direção Regional do Oeste**  
•Caldas da Rainha  
Av. Engº Luís Paiva e Sousa, 4 B  
2500-329 Caldas da Rainha  
Tel: 262841065 Fax: 262844240  
caldasrainha@spgl.pt  
•Torres Vedras  
Bº Vila Morena, Ed. Sol Jardim,  
Lj 3 - 2º piso, Bl. 2  
2560-619 Torres Vedras  
Tel: 261311634 Fax: 261314906  
torresvedras@spgl.pt

**Direção Regional de Santarém**

•Abrantes  
Rua S. Domingos - Ed. S. Domingos, 3º B  
2200-397 Abrantes  
Tel: 241365170 Fax: 241366493  
abrantes@spgl.pt

•Santarém  
Rua Vasco da Gama, 16 J - 1º Esq.  
2000-232 Santarém  
Tel: 243305790 Fax: 243333627  
santarem@spgl.pt

•Tomar  
Av. Ângela Tamagnini, nº 28 r/c Esq.  
2300-460 Tomar  
Tel: 249316196 Fax: 249322656  
tomar@spgl.pt

•Torres Novas  
R. Padre Diamantino Martins,  
lote 4-Loja A  
2350-569 Torres Novas  
Tel: 249820734 Fax: 249824290  
torresnovas@spgl.pt

**Direção Regional de Setúbal**

•Setúbal  
Rua Dr. Alves da Fonseca, 5 - 2º  
2900-218 Setúbal  
Telef.: 265 228 778  
Fax: 265 525 935  
Correio eletrónico: setubal@spgl.pt

•Barreiro  
Rua Marquês de Pombal, 40 - r/c  
2830-336 Barreiro  
Tel: 212079395 Fax: 212079368  
barreiro@spgl.pt

•Almada  
R. D. Álvaro Abranches da Câmara, nº 42A  
2800-015 Almada  
Tel: 212761813 Fax: 212722865  
almada@spgl.pt

Departamento de Professores e Educadores Aposentados

## Seis Passeios Literários em Lisboa



Com o objetivo de reiniciar as atividades socioculturais, o Departamento de Professores e Educadores Aposentados do SPGL organizou em setembro **seis Passeios Literários em Lisboa**.

Procurámos assim proporcionar momentos de convívio e espaço para lembrar alguns escritores, as suas obras e a cidade em que viveram. Realizámos visitas guiadas, às quintas-feiras, de manhã com início às 10h, e de tarde com início às 15h, e a

duração de 2h30, acompanhados por Guias-Intérpretes com experiência no acompanhamento de grupos culturais.

Nestes passeios literários procurámos complementar o conhecimento da Literatura Portuguesa numa abordagem informal, didática e apelativa abordando os autores **José Saramago, Eça de Queirós, Cesário Verde, Almeida Garrett e Fernando Pessoa**, percorrendo alguns espaços da cidade onde viveram e foram palco

da sua produção literária.

Seguindo recomendações da DGS, estes passeios tiveram o limite de 10 participantes em cada sessão, de modo a assegurarmos a distância social, e foi obrigatório o uso de máscara.

Tivemos a participação de 60 docentes aposentados que reviveram as obras dos escritores, renovaram o conhecimento da cidade de Lisboa e abriram portas a outras iniciativas.

Vamos continuar! ■

## Conhecer Salvaterra de Magos, a Aldeia Avieira de Escaroupim e o Rio Mágico – Tejo

No dia 29 de setembro realizámos uma visita cultural a Salvaterra de Magos e Escaroupim. Éramos 34 companheiros, de máscara e divididos em dois grupos. Usámos auriculares e mantivemos a distância recomendada.

Começámos por visitar a **Falcoaria Real** onde tivemos a possibilidade de descobrir o mundo da Falcoaria, os motivos que conduziram ao aparecimento desta arte, através do visionamento de um vídeo sobre os



Foto: SPGL

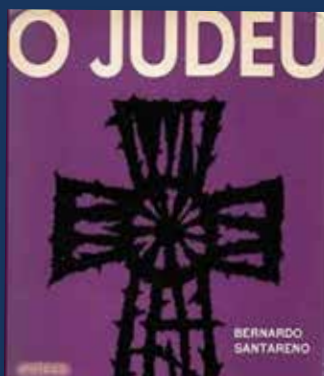
falcões e a sua biologia. Terminámos com a demonstração do voo em liberdade de um falcão em busca da “caça”, lançada pelo falcoeiro, responsável pela sua aprendizagem/ adiestramento.

Depois de um muito bom almoço no restaurante Zé do Moinho, fomos conhecer a cultura Avieira de Escaroupim no **Museu etnográfico “Escaroupim e o Rio”**, que nos permitiu compreender a importância do Rio Tejo e seus afluentes enquanto elemento de fixação humana, e visitámos ainda uma **casa típica Avieira**. Terminámos com um **passeio pelo Rio Tejo**, em três barcos, onde pudemos observar a fauna e flora da região. Um passeio entre canais e ilhas, lugares únicos como a Ilha das Garças, a Ilha dos Cavalos, a Ilha dos Amores, até ao “Porto da Palha” e ao “Mouchão da Casa Branca” e, no final, assistimos ao regresso das Garças-Boieiras à Ilha das Garças. Foi um dia muito bem passado e regressamos com a promessa de organizar outras iniciativas semelhantes, com os cuidados que a DGS vai recomendando.■



Fotos: SPGL

## Bernardo Santareno



A Direção Regional de Santarém do SPGL, associando-se às comemorações do centenário do nascimento do genial dramaturgo Bernardo Santareno (1920/1980), elaborou dois *power point* que o SPGL disponibiliza aos sócios, docentes de Português, que o solicitem.

**I Série**

• **Portaria n.º 179/2020 - Diário da República n.º 149/2020, Série I de 2020-08-03139348419**

Aprova os valores dos coeficientes de revalorização a aplicar na atualização das remunerações anuais registadas que servem de base de cálculo às pensões iniciadas durante o ano de 2020

• **Portaria n.º 183/2020 - Diário da República n.º 151/2020, Série I de 2020-08-05139563956**

Cria os cursos de Português Língua de Acolhimento, assim como as regras a que obedecem a sua organização, funcionamento e certificação

• **Decreto-Lei n.º 56/2020 - Diário da República n.º 156/2020, Série I de 2020-08-12140087206**

Prorroga o prazo de transferência das competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais nos domínios da educação e da saúde

• **Decreto-Lei n.º 70/2020 - Diário da República n.º 181/2020, Série I de 2020-09-16142961481**

Atualiza a idade de acesso às pensões e elimina o fator de sustentabilidade nos regimes de antecipação da idade de pensão de velhice do regime geral de segurança social

• **Resolução do Conselho de Ministros n.º 80/2020 - Diário da República n.º 188/2020, Série I de 2020-09-25143741483**

Autoriza a realização da despesa relativa aos apoios decorrentes da celebração de contratos-programa no âmbito do ensino profissional para o ciclo de formação de 2020-2023

**II Série**

• **Despacho n.º 6906-B/2020 - Diário da República n.º 128/2020, 2º Suplemento, Série II de 2020-07-03 137261501**

Determina a aprovação dos calendários, para o ano letivo de 2020-2021, dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário e dos estabelecimentos particulares de ensino especial, bem como o calendário de provas e exames dos ensinos básico e secundário

• **Despacho n.º 7414/2020 - Diário da República n.º 143/2020, Série II de 2020-07-24 138735004**

Homologa as aprendizagens essenciais das disciplinas das componentes de formação sociocultural e científica dos cursos profissionais

• **Despacho n.º 7415/2020 - Diário da República n.º 143/2020, Série II de 2020-07-24 138735005**

Homologa as Aprendizagens Essenciais das disciplinas da componente de formação científica dos cursos artísticos especializados do ensino secundário e de Formação Musical das áreas de Música e de Dança dos cursos artísticos especializados do ensino básico

• **Despacho n.º 7739/2020 - Diário da República n.º 152/2020, Série II de 2020-08-06 139679188**

Estabelece as normas de funcionamento do desporto escolar para o ano letivo de 2020-2021

• **Despacho n.º 8074/2020 - Diário da República n.º 162/2020, Série II de 2020-08-20 140631247**

Aprovação da rede de cursos do ensino português no estrangeiro

• **Despacho n.º 8303/2020 - Diário da República n.º 167/2020, Série II de 2020-08-27 141259280**

Aditamento ao anexo do Despacho n.º 6573-A/2020, de 19 de junho

• **Despacho n.º 9024/2020 - Diário da República n.º 184/2020, Série II de 2020-09-21 143311511**

Lista de entidades acreditadas como avaliadoras e certificadoras de manuais escolares para o ano de 2020

• **Acordo n.º 33/2020 - Diário da República n.º 185/2020, Série II de 2020-09-22 143426738**

Acordo de colaboração para remoção de materiais de construção com amianto na sua composição da Escola Básica de São Bruno, Escola Básica e Secundária Amélia Rey Colaço, Escola Básica Sophia de Mello Breyner, Escola Secundária de Miraflores e Escola Secundária Professor José Augusto Lucas

• **Portaria n.º 586-A/2020 - Diário da República n.º 189/2020, 2º Suplemento, Série II de 2020-09-28 143853871**

Contratação a termo resolutivo certo, até ao final do ano escolar de 2020/2021, de até 1500 assistentes operacionais



**COVID-19**

Legislação relativamente ao COVID-19 disponível em <https://www.spgl.pt/covid-19-legislacao-informacao>

# Aquisição de outras habilitações pelo pessoal docente

**A** matéria sob epígrafe encontra-se regulada no artigo 54º do Estatuto da Carreira Docente (doravante ECD) e é reveladora de uma preocupação com a melhoria da formação dos professores profissionalizados integrados na carreira. Esta previsão reflete-se positivamente na qualidade da educação e do ensino em geral pelo que o legislador criou incentivos para estes docentes consubstanciados na redução do tempo de serviço legalmente exigido para a progressão ao escalão seguinte àquele em que se encontram. Assim, de acordo com o preceito legal em questão, o legislador veio prever o referido incentivo consoante o tipo de habilitações adquiridas, a saber:

- No caso de aquisição do **grau académico de mestre** em domínio diretamente relacionado com a área científica que leciona ou em Ciências da Educação, o docente tem direito à **redução de um ano de tempo de serviço** legalmente exigido para progredir ao escalão seguinte “... desde que, em qualquer caso, na avaliação de desempenho docente lhes tenha sido sempre atribuída menção qualitativa igual ou superior a Bom”;

- No caso de aquisição do **grau académico de doutor** em domínio diretamente relacionado com a área científica que leciona ou em Ciências da Educação o docente tem direito à **redução de dois anos** de tempo de serviço para progredir ao escalão seguinte nas mesmas condições supra indicadas ou seja,

*“desde que, em qualquer caso, na avaliação do desempenho docente lhes tenha sido atribuída menção qualitativa igual ou superior a Bom”.*

É de referir que o legislador também determinou a aplicação dos direitos supra identificados aos docentes que tenham sido dispensados da profissionalização. Para conhecimento dos docentes que se encontram nesta situação é de esclarecer que as características dos mestrados e doutoramentos a que se reporta o quadro legal supra identificado se encontram definidas na Portaria nº 344/2008, de 30 de abril.

É também de esclarecer que os docentes que obtenham qualquer dos referidos graus no âmbito dos cursos reconhecidos pela referida Portaria 344/2008 **devem requerer a respetiva redução do tempo de serviço após o reconhecimento do curso**. Já no caso dos mestrados e doutoramentos reconhecidos anteriormente **tal redução deve ser solicitada logo após a obtenção do grau**. A redução do tempo de serviço em questão produz efeitos no escalão da carreira em que os docentes se encontram posicionados para aceder ao escalão seguinte.

Para mais esclarecimentos sobre esta matéria deverão os docentes, nesta situação, contactar os serviços de Apoio a Sócios do SPGL e a Nota Informativa da DGAE, de 15 de março de 2018.■

**Alunos portugueses  
são os únicos da OCDE com  
cada vez melhores resultados**

Agência Lusa

**Parabéns professores!**

